

**FACULDADE MERIDIONAL - IMED
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Análise Financeira em uma Empresa Metalmeccânica no
Norte do Estado do Rio Grande do Sul**

Isadora Ribeiro Amaral de Souza

**Passo Fundo
2017**

Isadora Ribeiro Amaral de Souza

**Análise Financeira em uma Empresa Metalmeccânica no
Norte do Estado do Rio Grande do Sul**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Administração da Faculdade Meridional – IMED, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração sob a orientação do Prof. Me. Adriano José da Silva.

**Passo Fundo
2017**

Isadora Ribeiro Amaral de Souza

**Análise Financeira em uma Empresa Metalmeccânica no
Norte do Estado do Rio Grande do Sul**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Adriano José da Silva

Prof.

Prof.

**Passo Fundo
2017**

AGRADECIMENTOS

Como dizia Ray Kroc, fundador do McDonald's "nenhum de nós é tão bom quanto todos nós, juntos", então em primeiro lugar agradeço à minha mãe que me colocou no mundo e me guiou de forma espetacular até aqui, não me deixando faltar nada nem financeiramente e nem emocionalmente. Em segundo lugar, agradeço ao meu pai que também fez parte dessa jornada e também batalhou muito para que eu pudesse estar concluindo esta etapa hoje. Em terceiro lugar, agradeço ao meu avô Ondino, falecido no dia 25 de maio de 2017, no meio de minha jornada de conclusão de curso, mas que serviu de inspiração para todos a sua volta e que fez tudo que pode pelo meu pai e seus outros seis filhos. Em quarto lugar, agradeço ao meu companheiro de vida e meu amor, Felipe, que entendeu todos os surtos e todos os choros durante a escrita desse trabalho e facilitou minha vida em muitos momentos. Em quinto lugar, agradeço ao meu orientador, Prof. Me. Adriano José da Silva que me orientou e me guiou sempre e me incentivou a dar o meu máximo. Em último lugar, mas não menos importante, agradeço a mim mesma por ter sido persistente e por ter acreditado em mim e em meu potencial.

RESUMO

Diante de um cenário econômico e político conturbado é necessário possuir informações gerenciais seguras e confiáveis para a tomada de decisão. Posto isto, a análise financeira através de indicadores econômico-financeiros transmite aos gestores tais informações, propiciando uma visão ampla dos pontos a serem investigados e possibilitando melhores alocações de recursos. O presente estudo possui o objetivo de analisar as demonstrações contábeis de uma empresa do setor metalmeccânico na cidade de Passo Fundo. Para tal análise foram extraídos os dados do Balanço Patrimonial e das Demonstrações do Resultado do Exercício, a fim de realizar uma análise financeira da empresa para auxiliar a organização a identificar possíveis lacunas em sua gestão financeira. Para extrair os dados e transformá-los em informações foram realizados os cálculos de índices de liquidez, de endividamento e de rentabilidade. Os resultados destacam que os índices econômico-financeiros foram prejudicados devido a uma aquisição realizada no ano de 2014 concomitantemente ao período de recessão e crise político-econômica no Brasil.

Palavras-chave: Análise financeira. Demonstrações contábeis. Tomada de decisão.

ABSTRACT

Faced with a troubled economic and political scenario, it is necessary to have reliable and reliable managerial information for decision making. Thus, the financial analysis through economic-financial indicators transmits to managers such information, providing a broad view of the points to be investigated and allowing better allocations of resources. The present study has the objective of analyzing the accounting statements of a company of the metal-mechanic sector in the city of Passo Fundo. For this analysis, data were extracted from the Balance Sheet and the Statement of Income for the year in order to carry out a financial analysis of the company to help the organization identify possible gaps in its financial management. To extract the data and transform it into information, the calculations of liquidity, indebtedness and profitability indices were performed. The results highlight that the economic-financial indexes were hampered due to an acquisition made in 2014 concomitantly to the period of recession and political-economic crisis in Brazil.

Keywords: Financial analysis. Financial statements. Decision-making.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema da análise contábil.....	24
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	22
Tabela 2 – Índice de Liquidez Corrente.....	35
Tabela 3 – Índice de Liquidez Seca.....	35
Tabela 4 – Índice de Liquidez Imediata.....	36
Tabela 5 – Índice de Liquidez Geral.....	36
Tabela 6 – Índice de Endividamento em Relação ao Capital Próprio.....	37
Tabela 7 – Índice de Endividamento em Relação ao Ativo Total.....	38
Tabela 8 – Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido.....	38
Tabela 9 – Índice de Imobilização de Recursos não Correntes.....	39
Tabela 10 – Índice de Giro do Ativo.....	39
Tabela 11 – Índice de Margem Líquida.....	40
Tabela 12 – Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura simplificada do Balanço Patrimonial.....	15
Quadro 2 – Composição do ativo investimento.....	17
Quadro 3 – Balanço patrimonial – contas dos grupos de ativos e passivos.....	19
Quadro 4 – Estrutura completa de um balanço patrimonial.....	20
Quadro 5 – Índices e seus prazos de liquidez.....	25
Quadro 6 – Índices econômico-financeiros.....	29
Quadro 7 – Principais índices econômico-financeiros e suas respectivas fórmulas.....	29
Quadro 8 – Resumo dos índices e seus resultados satisfatórios e não satisfatórios por ano....	41

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC – Ativo Circulante
AH – Análise Horizontal
ANC – Ativo Não Circulante
AV – Análise Vertical
BACEN – Banco Central
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP – Balanço Patrimonial
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
FEE - Fundação de Economia e Estatística
GA - Giro do Ativo
IASB - *International Accounting Standards Board*
IFRS - *International Financial Reporting Standards*
IPL - Imobilização do Patrimônio Líquido
IR – Imposto de Renda
IRNC - Imobilização dos Recursos Não Correntes
LC – Liquidez Corrente
LG – Liquidez Geral
LI – Liquidez Imediata
LS – Liquidez Seca
ML - Margem Líquida
PIB – Produto Interno Bruto
PC – Passivo Circulante
PNC – Passivo Não Circulante
ROE - Retorno sobre Patrimônio Líquido
ROI - Retorno sobre Investimento
S.A – Sociedade Anônima
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UE – União Europeia
VAB - Valor Adicionado Bruto
VBR – Visão Baseada em Recursos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Justificativa e delimitação do problema de pesquisa.....	13
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
2 ANÁLISE FINANCEIRA EMPRESARIAL.....	15
2.1 Demonstrações contábeis	15
2.1.1 Balanço patrimonial.....	15
2.1.1.1 Ativo	16
2.1.1.2 Passivo	18
2.1.1.3 Patrimônio líquido	19
2.1.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE).....	21
2.1.3 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC).....	22
2.2 Análise das demonstrações contábeis.....	23
2.2.1 Análise vertical (AV)	23
2.2.2 Análise horizontal (AH)	23
2.3 Índices econômico-financeiros de análise	24
2.3.1 Índices de liquidez	25
2.3.1.1 Índice de liquidez corrente	25
2.3.1.2 Índice de liquidez seca.....	26
2.3.1.3 Índice de liquidez geral.....	26
2.3.1.4 Índice de liquidez imediata.....	26
2.3.2 Índices de endividamento	26
2.3.2.1 Índice de participação de capital de terceiro	27
2.3.2.2 Índice de imobilização de patrimônio líquido	27
2.3.2.3 Índice de imobilização dos recursos não correntes	27
2.3.3 Índice de rentabilidade	27
2.3.3.1 Giro do ativo.....	28
2.3.3.2 Margem líquida	28
2.3.3.3 Retorno sobre investimento (ROI)	28
2.3.3.4 Retorno sobre patrimônio líquido (ROE).....	28
2.4 Normas Internacionais de Contabilidade.....	29

2.4.1 International Accounting Standards Board (IASB).....	30
2.4.2 O Brasil e as normas internacionais de Contabilidade	30
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	32
3.1 Método de pesquisa	32
3.2 População e amostra	32
3.3 Coleta de dados.....	33
3.4 Análise dos dados	33
4 ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1 Caracterização da empresa	34
4.2 Análise dos indicadores financeiros da empresa	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL 2010	51
ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2010.....	53
ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL 2011.....	54
ANEXO D - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2011	56
ANEXO E – BALANÇO PATRIMONIAL 2012.....	57
ANEXO F - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2012	59
ANEXO G – BALANÇO PATRIMONIAL 2013	60
ANEXO H – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2013.....	62
ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL 2014.....	63
ANEXO J - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2014.....	65
ANEXO K – BALANÇO PATRIMONIAL 2015	66
ANEXO L - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2015.....	68

1 INTRODUÇÃO

A crise econômica brasileira e os escândalos de corrupção mostraram serem fatores extremamente prejudiciais ao crescimento financeiro das empresas. O mercado, totalmente volátil e sensível a acontecimentos políticos, reage de forma negativa, prejudicando novos investimentos e possíveis alavancagens da economia brasileira. Com isso, a análise financeira de uma empresa se torna um fator crucial para o autoconhecimento da empresa, revelando sua posição financeira real e permitindo a criação de planos de ação para enfrentar os novos desafios.

Neste contexto, torna-se primordial que os indicadores econômico-financeiros sejam analisados, visto que possuem a finalidade de aferir e acompanhar o desempenho da organização (GITMAN; MADURA, 2003). Neste sentido, Gropelli e Nikbakht (2002) corroboram com a ideia supracitada, enfatizando que o intuito da análise financeira é propiciar aos gestores informações concretas e confiáveis as quais são capazes de apontar os pontos que merecem atenção nas operações, a fim de melhorar a destinação de valores e recursos na organização.

Isto posto, existe um setor que requer atenção especial: os bens de capital. Isto porque o setor de bens como, por exemplo, os implementos agrícolas, tem grande representatividade na economia gaúcha, visto que o setor agropecuário representou em 2013 10,1% de participação na estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2015). O VAB é considerado como o valor que determinada atividade agrega aos bens e serviços do seu processo produtivo. Tal representatividade pode ser comprovada com a movimentação de R\$ 2,1 bilhões em negócios na Expodireto Cotrijal 2017, feira do agronegócio mais expressiva do Rio Grande do Sul.

Destarte, em virtude da relevância econômica nacional e regional do setor de bens de capital e considerando que diante de um cenário econômico e político conturbado é necessário que a organização possua uma visão ampla e realista da situação econômico-financeira de seu empreendimento é que o presente estudo se baseia. Este estudo objetiva analisar as demonstrações financeiras de uma empresa do setor metalmeccânico na cidade de Passo Fundo, demonstrando como utilizar dados contábeis e análises financeiras para produzir informações seguras e confiáveis para a tomada de decisão através da análise de indicadores econômicos financeiros da empresa e da aplicação das normas internacionais de contabilidade.

1.1 Justificativa e delimitação do problema de pesquisa

A informação financeira pode ser considerada como um fator estratégico de uma organização. Isto porque o processo de tomada de decisão inicia-se na extração de dados financeiros capazes de demonstrar a real situação de uma empresa. A extração desses dados e a transformação dos mesmos em informações é fator crucial para a segurança do gestor em realizar a decisão mais coerente e acertada para a empresa. Dessa forma, demonstra-se a relevância de possuir ferramentas capazes de produzir uma série de informações confiáveis para embasar futuras decisões gerenciais. (VIEIRA, CARNEIRO, FILIPIN, 2015; PORTO, MAGALHÃES, 2014; MOREIRA et al., 2013).

Destarte, a administração financeira tem como principal objetivo fornecer dados aos gestores para que estes tomem as decisões mais eficientes e eficazes para a organização. Nos primórdios, as finanças corporativas eram consideradas importantes em virtude de oferecerem a organização condições de gerarem lucros. Entretanto, essa visão estreita é abolida do mundo corporativo hoje, dando espaço ao conceito de que o administrador financeiro deve possibilitar a criação de valor e a geração de riqueza aos proprietários e/ou acionistas. (ASSAF NETO, A. LIMA, F. G., 2010; CARVALHO, 2014; PEREZ, 2016).

Nesse contexto, torna-se primordial que haja uma análise financeira da organização para que seja possível situá-la em um patamar de crescimento e para que torne-se possível traçar um plano de ação para o futuro. Diante dessa prerrogativa, existem ferramentas e índices capazes de dar suporte para tal análise, sendo eles: a análise horizontal, a análise vertical e os indicadores de liquidez. (ASSAF NETO, 2007)

Posto isto, é estimado que o setor agropecuário seja o setor com maior crescimento no ano de 2017, ultrapassando indústria e comércio (PORTAL BRASIL, 2017). Tal expectativa reflete diretamente no setor de bens de capital - bens necessários para a produção de outros bens ou serviços – visto que é através deste setor que é possível o cultivo dos grãos. Este setor, no qual estão inclusos os implementos agrícolas, possui relevância tendo em vista a representatividade do setor agropecuário, que em 2013 demonstrou 10,1% de participação na estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE) (2015). O VAB é considerado como o valor que determinada atividade agrega aos bens e serviços do seu processo produtivo.

Por fim, entende-se o presente estudo como de substancial valor visto que o agronegócio no estado do Rio Grande do Sul é de suma importância. Tal importância é reproduzida pelo valor de exportações de 2017 em comparação a 2016 (incremento de

15,7%), o que representou um aumento de 32,4% no volume embarcado e 12,6% de queda no preço médio das exportações. Entre os destinos das exportações, destacam-se a União Europeia (16,7%), China (11,3%) e Arábia Saudita (6,5%) (FEE, 2017). Com esse cenário é esperado uma retomada do agronegócio em 2017 e em 2018, e para isso, é preciso que as empresas por trás do agronegócio estejam preparadas tecnologicamente, mas principalmente, financeiramente para que consigam fornecer condições favoráveis a novos investimentos.

Tal estudo ocorrerá em uma empresa metalmeccânica no norte do Rio Grande do Sul e visa auxiliar a organização a entender suas lacunas financeiras e quais tomadas de decisão se revelaram não vantajosas. Acredita-se que como contribuição gerencial apresentará um painel situador econômico capaz de fornecer informações cruciais para a tomada de decisão dos gestores sobre qual o próximo passo diante da instabilidade econômica brasileira. Já como contribuição acadêmica, espera-se ser capaz de apresentar um compilado de dados sobre como utilizar os dados contábeis e as análises financeiras a fim de poder evidenciar informações seguras e confiáveis como base para a tomada de decisão em cenários econômicos de instabilidade.

Diante dessas exposições a questão de pesquisa será: Como os indicadores econômico-financeiros apontam tomadas de decisões falhas?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo terá como objetivo macro analisar as demonstrações financeiras de uma empresa do setor metal mecânico na cidade de Passo Fundo.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Verificar os indicadores econômico-financeiros da empresa;
- b) Analisar os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade;
- c) Verificar a aplicação das normas internacionais de contabilidade.

2 ANÁLISE FINANCEIRA EMPRESARIAL

A análise financeira das empresas representa um fator relevante para a tomada de decisão, visto que é o processo em que dados são transformados em informações e evidenciados através de demonstrações contábeis, análises vertical e horizontal e índices. Portanto, neste item serão apresentados os componentes das demonstrações contábeis, de que forma essas demonstrações são analisadas e os indicadores econômico-financeiros para a realização de tais análises.

2.1 Demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis constituem-se em relatórios contábeis, que contém todas as operações executadas pela organização, traduzidas monetariamente, os quais possuem a finalidade de propiciar informações aos *stakeholders* (BACKES, 2002; VIEIRA; RAUPP; BEUREN, 2004; VIEIRA ET AL., 2014). Os *stakeholders* podem ser investidores, acionistas, fornecedores, credores e gestores da empresa, por exemplo (FERRARI, 2014).

2.1.1 Balanço patrimonial

O balanço patrimonial (BP) configura-se como uma demonstração contábil que, por sua vez, possui a função de retratar o patamar financeiro e patrimonial, quantitativa e qualitativamente, de uma organização em um determinado espaço de tempo (BACKES, 2002; BRESSAN; BRAGA; BRESSAN, 2003; FERRARI, 2014). Além disso, Marion (2009), Padoveze (2012) e Diniz (2015), ainda ressaltam que o BP retrata todos os bens, direitos e obrigações da empresa, sendo que a estrutura é representada pelos ativos (bens e direitos) do lado esquerdo e passivos (obrigações) e patrimônio líquido no lado direito do balanço. O quadro a seguir reproduz a estrutura simplificada de um balanço patrimonial.

Quadro 1 – Estrutura simplificada do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

2.1.1.1 Ativo

O ativo, também denominado como bens e direitos, exprime todos os recursos positivos da organização e que forem de sua propriedade, mensurados monetariamente no BP (MARION, 2009; PADOVEZE, 2012). Marion (2009, p. 45) sugere como exemplos de bens e direitos conforme segue:

“Bens: máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações, etc;
Direitos: contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, depósitos em contas bancárias (direito de saque), títulos de crédito, etc.”.

Dessa forma, consoante a Marion (2009), os recursos do ativo são aglomerados conforme sua velocidade de transformação em dinheiro, ou seja, de acordo com o seu grau de liquidez, sendo enumerados como ativo circulante (conversão rápida em dinheiro) e ativo não circulante (baixo grau de liquidez).

2.1.1.1.1 Ativo circulante

Ferrari (2014, p. 10) disserta que o ativo circulante (AC) é composto de três partes, sendo elas “disponibilidades, direitos realizáveis no exercício seguinte e despesas do exercício seguinte”. O autor ainda evidencia que as disponibilidades consistem em recursos numerários, ou seja, dinheiro, como por exemplo, caixa (moeda em espécie ou cheques), dinheiro em conta corrente bancária e aplicações no qual o resgate seja em até três meses.

Já os direitos realizáveis no exercício seguinte, segundo Ferrari (2014), classificam-se em direitos pessoais realizáveis no exercício seguintes, bem como duplicatas a receber e direitos reais realizáveis no exercício seguinte, os quais representam mercadorias para venda e matérias-primas, por exemplo. Por fim, as despesas do exercício seguinte equivalem ao pagamento antecipado de uma despesa, ou seja, a qual tem a competência estabelecida no exercício seguinte, porém é liquidada no exercício atual (FERRARI, 2014).

Destarte, o AC consiste no grupo de contas de alto grau de liquidez e que está em constante movimento, em constante giro (MARION, 2009). Em contrapartida, há o ativo não circulante que representa exatamente o oposto, além de possuir quatro outras subdivisões apresentadas a seguir (MARION, 2009; SCHMIDT; SANTOS; PINHEIRO, 2014).

2.1.1.1.2 Ativo não circulante

Ainda conforme Ferrari (2014, p. 11), a composição do ativo não circulante (ANC) é representada por quatro subdivisões, as quais são “ativo realizável a longo prazo, ativo investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível”. O autor classifica o ativo realizável a longo prazo em duas partes, sendo elas:

- “1ª parte - Direitos realizáveis, regra geral, após o término do exercício seguinte (ex.: duplicatas que serão recebidas após o término do próximo exercício, matérias-primas que serão utilizadas na produção após o término do exercício seguinte, aplicações financeiras com resgate após o exercício seguinte, etc.;
- 2ª parte – Direitos derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas, sociedades controladas, sócios, diretores e participantes em geral nos lucros da companhia. Nesse caso, para que tais direitos sejam classificados no realizável a longo prazo, independentemente do prazo, é necessário que sejam não usuais (= não recorrentes) na exploração do objeto de sociedade (FERRARI, 2014, p. 11)”.

Prosseguindo, o ativo investimento é constituído de duas seções, de acordo com a Lei 6.404/76, inciso III do art. 179, cujas são “as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa”. O quadro a seguir representa a formação do ativo investimento, baseada no inciso III do art. 179 da Lei 6.404/76 e no CPC 28 – Propriedade para Investimentos.

Quadro 2 – Composição do ativo investimento

Ativo Investimentos	
Participações Permanentes em Outras Sociedades	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de Coligadas • Ações de Controladas • Ações de Controladas em Conjunto • Ações permanentes em Não Coligadas e Não Controladas
Ativos que Não se Destinem a Manutenção das Atividades da Empresa	Propriedade para investimento: Terrenos ou edifícios destinados a aluguel, arrendamento e/ou valorização do capital (especulação para venda futura)
	Outros investimentos permanentes: <ul style="list-style-type: none"> • Terrenos ou edifícios para uso futuro na expansão da empresa (sem o objetivo de renda); • Obras de arte

Fonte: Adaptado de Ferrari (2014).

Quanto ao ativo imobilizado, na visão de Ferrari (2014), tal conta é formada por bens tangíveis que serão designados a conservação das atividades-fim da organização, bens de uso e bens adquiridos por *leasing* financeiro (bens que provenientes de operações na qual são

transferidos para a empresa os riscos inerentes ao uso do bem, bem como os benefícios e controle do mesmo). O autor (2014, p. 13) ainda ressalta como exemplos de ativos imobilizados os “imóveis, benfeitorias em imóveis de terceiros, veículos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores, etc.”.

E, por fim, o último tipo de ANC: o ativo intangível, o qual refere-se a todo bem que é abstrato, ou seja, que não é passível de toque ou posse, incluindo o *goodwill* (fundo de comércio ou capital intelectual). (PEREZ; FAMÁ, 2006; MARION, 2009; FERRARI, 2014). Para Kayo et al. (2006) o ativo intangível possui ainda a conotação de recurso passível de ser utilizado como uma vantagem competitiva, dentro da Visão Baseada em Recursos (VBR), pois pode ser analisada sob a ótica de um recurso valioso, raro, inimitável e insubstituível. Caracterizam-se como ativos intangíveis as marcas, patentes, concessões obtidas, fundo de comércio, *softwares*, licenças, direitos autorais, direitos sobre recursos naturais e direitos sobre filmes cinematográficos, por exemplo. (ANTUNES; SILVA; SAIKI, 2009; MARION, 2009; FERRARI, 2014).

Sendo assim, o ativo, tanto circulante como o não circulante, exerce a função de representar numérica e monetariamente todos os valores passíveis de geração de riqueza, de rentabilidade e de movimentação de capital, de acordo com Marion (2009). Entretanto, de acordo com Marion (2009) e Ferrari (2014), o BP é composto por outro grupo de contas, denominado passivo, o qual tem como objetivo retratar aos *stakeholders* quais as dívidas exigíveis que a empresa possui cujo será apresentado a seguir.

2.1.1.2 Passivo

O passivo, compreendido do lado esquerdo do BP, contempla as obrigações patrimoniais, ou seja, são recursos de terceiros e tem um sentido negativo. (MARION, 2009; BRASIL, 2010; PADOVEZE, 2012; AVILA, 2016). Marion (2010) elucida que o passivo pode ser denominado de passivo exigível, visto que quando a dívida chegar ao seu prazo de pagamento será exigido o pagamento da mesma. Neste contexto, o passivo é segregado em dois subgrupos, conforme a exigibilidade do ciclo operacional, isto é, caso a liquidação de tal obrigação seja feita até findar o exercício seguinte deve ser considerada como um passivo circulante (PC) e caso tiverem prazo de pagamento maior que o ciclo operacional é denominado de passivo não circulante (PNC) (MARION, 2009; SCHMIDT; SANTOS; PINHEIRO, 2014).

2.1.1.2.1 Passivo circulante

O passivo circulante caracteriza-se por obrigações com terceiros e que devem ser liquidadas até o encerramento do exercício seguinte (BRASIL, 2012; FERRARI, 2014). Marion (2010), o item 54 do CPC 26 (2012) e Ambrozini, Matias e Pimenta Júnior (2015) exemplificam algumas contas classificadas como passivo circulantes, tais quais fornecedores a prazo, títulos a pagar, obrigações tributárias, provisões, financiamentos e empréstimos.

2.1.1.2.2 Passivo não circulante

Em contrapartida ao passivo circulante, o passivo não circulante representa as dívidas adquiridas e que serão exigidas de liquidação em um prazo maior ao prazo do término do exercício seguinte, ou seja, que ultrapassem o período de um ano após a data do BP (MARION, 2009; BRASIL, 2012; SCHMIDT; SANTOS; PINHEIRO, 2012; FERRARI, 2014).

Neste contexto, o quadro 3 apresenta a estrutura de um BP contendo as divisões e possíveis subdivisões dos ativos e passivos.

Quadro 3 – Balanço patrimonial – contas dos grupos de ativos e passivos

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa	Fornecedores
Bancos	Salários a pagar
Duplicatas a receber	Encargos sociais a recolher
ICMS a recuperar	Tributos a recolher
Estoques	Aluguel a pagar
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Provisões
Realizável a longo prazo	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Investimentos	Financiamentos
Imobilizado	Empréstimos de longo prazo
Intangível	

Fonte: Adaptado de Ferrari (2014).

2.1.1.3 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido representa os recursos próprios de uma organização (capital social), ou seja, a quantia investida pelos proprietários – sejam eles sócios ou acionistas – para aplicação no investimento, além de reservas, lucros ou prejuízos acumulados. (BRASIL,

2009; MARION, 2009; PADOVEZE, 2012; FERRARI, 2014). A fórmula a seguir representa o cálculo do patrimônio líquido:

$$\text{ATIVO (BENS E DIREITOS)} - \text{PASSIVO (OBRIGAÇÕES)} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

Fonte: Adaptado de Marion (2009).

Posto isto, conclui-se que a estrutura do BP representa graficamente os bens e direitos da empresa, assim como as obrigações e capital social, a fim de demonstrar se a organização está gerando lucro ou prejuízo (MARION, 2008; MARION, 2009). Padoveze (2012) conceitua ainda o BP como um instrumento de esclarecimento de quais os tipos de fontes financeiras que a entidade possui, bem como de que forma tais recursos são aplicados. Sendo assim, o exemplo de representação gráfica completa de um balanço patrimonial é demonstrado pelo quadro 4.

Quadro 4 – Estrutura completa de um balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa	Fornecedores
Bancos	Salários a pagar
Duplicatas a receber	Encargos sociais a recolher
ICMS a recuperar	Tributos a recolher
IPI a recuperar	Aluguel a pagar
Estoques	Provisões
Aplicações Financeiras	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Despesas antecipadas	Financiamentos
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Empréstimos de longo prazo
Realizável a longo prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Lucro ou prejuízo acumulado

Fonte: Adaptado de Marion (2008).

Ao final de cada ciclo operacional, além de elaborar um BP, é necessário, de acordo com o inciso III do art. 176 da Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), que seja elaborado uma Demonstração do resultado do exercício (DRE) a fim de indicar se tal organização teve lucro ou prejuízo no ciclo em questão, quesito explorado no próximo item (MARION, 2009).

2.1.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício (DRE), conforme supracitado, revela a apuração de lucro ou prejuízo durante o exercício da empresa – geralmente pelo período de doze meses, isto é, apresenta um painel que situe o desempenho econômico de suas receitas e despesas. (LARA; ROBLES JÚNIOR, 2001; CATTANI; SOUZA; DUTRA, 2016).

Estruturalmente, a DRE é medida verticalmente através da subtração das receitas pelas despesas, apresentando ainda em sua estrutura os valores de receita bruta, receita líquida, lucro (ou prejuízo) bruto, lucro (ou prejuízo) operacional, lucro (ou prejuízo) antes do Imposto de Renda (IR), lucro (ou prejuízo) depois do IR, lucro (ou prejuízo) líquido e lucro líquido por ação do capital social (MARION, 2009; FERRARI, 2014; OLIVEIRA; MENDES, 2016).

Neste contexto, como foi possível observar, existem alguns tipos de lucros distintos, como por exemplo, o lucro bruto que, como o próprio nome sugere, consiste na subtração do valor das vendas pelo custo desse produto ou serviço, sem considerar nenhuma despesa administrativa, de venda e financeira e nenhum tributo incidido nas transações (MARION, 2009; FERRARI, 2014).

Outra tipologia de lucro é o lucro operacional, o qual refere-se a todo o lucro que é oriundo da atividade fim da empresa, isto é, se uma empresa tem como atividade principal industrializar máquinas e implementos agrícolas, todo o lucro sobre a venda de máquinas e implementos agrícolas é considerado como lucro operacional (MARION, 2009).

Além disso, o lucro líquido é o tipo de lucro que mais interessa aos sócios e/ou acionista, visto que é o que resta após todas as deduções e contribuições previstas e revela qual o montante que está às ordens dos sócios e/ou acionistas (MARION, 2009). A tabela a seguir representa um exemplo de estrutura de DRE.

Tabela 1 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Empresa X	
Exercício de 20XX	Em milhões (R\$)
VENDAS BRUTAS	2.970.514
Deduções	
Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)	(149.448)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	(357.189)
Programa de Integração Social (PIS)	(21.308)
VENDAS LÍQUIDAS	2.442.569
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(1.677.780)
LUCRO BRUTO	764.789
DESPESAS OPERACIONAIS	
De vendas	(334.042)
Administrativas	(140.675)
Financeiras e Variações Cambiais	(151.598)
LUCRO OPERACIONAL	138.474
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(10.704)
Perdas extraordinárias	(52.065)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	75.705
Provisão para Imposto de Renda	(24.449)
LUCRO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA	51.256
(-) Participações:	
Debêntures	(700)
Empregados	(2.000)
Administradores	(300)
LUCRO LÍQUIDO	48.256
Lucro Líquido por Ação	0,115

Fonte: Adaptado de Marion (2009).

Neste sentido, Aguiar e Rocha (2012) e Iudícibus (2009) afirmam que a DRE é um instrumento fundamental para a tomada de decisão, visto que evidencia o panorama econômico e financeiro da organização, através da apresentação do confronto de receitas e despesas, desde que as informações apresentadas não sejam deturpadas e sejam fidedignas à realidade.

2.1.3 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) passou a ser de caráter obrigatório pelo inciso IV do art. 176 quando sancionada a Lei 11.638/07, devido a sua importância para a análise da situação financeira de uma empresa, visto que a DFC retrata a maneira com que o caixa é administrado (SZUSTER ET AL., 2010; SEBRAE, 2016).

Neste contexto, a relevância da DFC intercorre, primeiramente, em vista de expor as entradas e saídas de dinheiro em um espaço de tempo delimitado e, principalmente, por se transfigurar em uma ferramenta de controle gerencial de suma importância, visto que é capaz

de prever superávit ou parcimônia de caixa, permitindo, desta forma, determinar a capacidade da organização de honrar suas dívidas e também de produzir saldos positivos em sua DFC, gerando assim, informações gerenciais para a tomada de decisões (HOJI, 2010; SEBRAE, 2016; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

2.2 Análise das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis de uma organização é um método utilizado para diagnosticar a situação econômica, financeira e de desempenho de determinada empresa (ASSAF NETO, 2006; LIMA, 2016). Dentre as técnicas para analisar a condição de uma empresa, existem as análises vertical e horizontal cujas serão averiguadas logo após (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

2.2.1 Análise vertical (AV)

A análise vertical (AV) para Kassai (2002) é um tipo de análise a qual possui como finalidade representar percentualmente quais contas possuem maior parcela na composição de ativos, passivos e resultados. Ratificando a ideia, Marion (2008) explica facilmente que a tal análise é assim denominada por ser realizada através da divisão de um dado por outro, no sentido vertical e considerando dados do mesmo período.

Corroborando com tal premissa, Ferrari (2014) acrescenta que essa análise é considerada uma análise de estrutura, em razão de comparar as partes com o todo das demonstrações. Todavia, Saporito (2005) alerta para que o resultado obtido da análise vertical seja considerado simultaneamente com a análise horizontal, visto que os dados obtidos da AV isolada não são suficientes para elaborar informações concretas e confiáveis para a tomada de decisão.

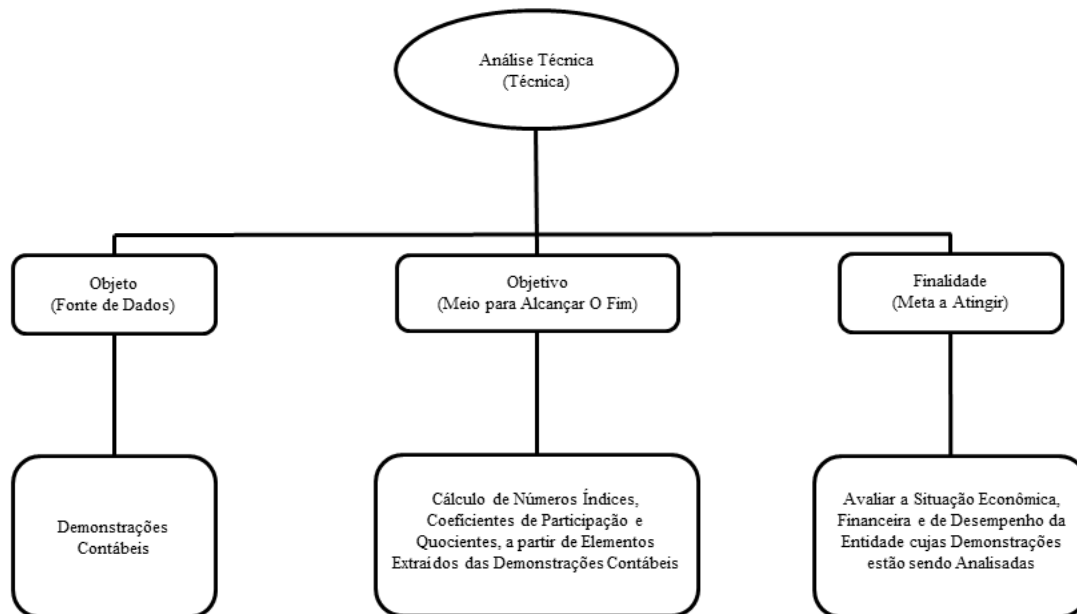
2.2.2 Análise horizontal (AH)

Por outro lado, quando há a necessidade de comparar os mesmos índices, porém de diferentes períodos, se faz uma leitura horizontal a qual é denominada de análise horizontal (AH) (MARION, 2008). Ferrari (2014), Francisco (2015) e Nascimento (2016) complementam a ideia ressaltando que tal análise evidencia a evolução dos índices durante os períodos analisados.

Santos e Barros (2005) destacam ainda que é preciso que a AH seja considerada tendo como base, no mínimo, três períodos para que o retrato da evolução patrimonial seja considerado satisfatório. Dessa forma, a AH também é considerada uma análise que revela tendências dos índices calculados (MARION, 2008; MELO; TINOCO; YOSHITAKE, 2012).

Neste cenário, para realizar as análises das demonstrações contábeis é imprescindível que exista a extração de dados das demonstrações para que se apresentem índices econômico-financeiros que baseiem tal análise, conforme figura a seguir (FERRARI, 2014; TRAUB; MYSZCZUK; CATAPAN, 2016).

Figura 1 – Esquema da análise contábil



Fonte: Adaptado de Ferrari (2014).

2.3 Índices econômico-financeiros de análise

De acordo com Begalli e Perez Jr. (2002), os índices caracterizam-se por serem contas ou grupo de contas das demonstrações contábeis que possuem o propósito de revelar um aspecto específico da situação econômico-financeira de uma organização. Os autores ainda ressaltam que analisar tais índices é necessário para que sejam transformados dados em informações úteis aos *stakeholders*.

2.3.1 Índices de liquidez

Segundo Marion (2008) e Ferrari (2014), a finalidade do cálculo desses índices é de apresentar uma avaliação financeira sobre a capacidade da empresa - em longo prazo, em curto prazo ou prazo imediato - para cumprir o pagamento de suas dívidas (liquidez). Os autores sinalizam também que os índices de liquidez são divididos em: índice de liquidez corrente (LC), índice de liquidez seca (LS), índice de liquidez geral (LG) e índice de imediata (LI), sendo que os dois primeiros índices referem-se a quocientes de capacidade de liquidez em curto prazo, o LG de longo prazo e o LI de prazo imediato. O quadro a seguir relaciona os tipos de índices com seus respectivos prazos de liquidez.

Quadro 5 – Índices e seus prazos de liquidez

Índices	Prazos de Liquidez
Liquidez Corrente	Curto Prazo
Liquidez Seca	
Liquidez Geral	Longo Prazo
Liquidez Imediata	Imediato

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Todavia, Marion (2008) e Ferrari (2014) atentam para a interpretação dos índices - cujos não devem ser considerados isoladamente - os quais, de modo geral, ao apresentarem valores superiores a 1,0 são considerados índices positivos, visto que ao analisar os valores se considera que a cada R\$ 1,00 de obrigações a empresa possuem R\$ X,XX de recursos aplicados.

2.3.1.1 Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente (LC), como supracitado, é um índice que afere a capacidade de pagamento das obrigações da empresa no curto prazo, utilizando para tal os recursos alocados no ativo (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

Entretanto, Ferrari (2014) destaca que no caso de haverem despesas a apropriar as mesmas devem ser desprezadas do cálculo, alterando a fórmula para:

Assim sendo, Marion (2008) ainda destaca que o índice de liquidez seca (LS), próximo item a ser explorado, é ainda mais avançado que o LC, pois considera uma previsão de cenário importante: a obsolescência do estoque.

2.3.1.2 Índice de liquidez seca

O LS é um índice utilizado para medir a capacidade de liquidez em curto prazo de uma organização, descartando os valores de estoque, ou seja, apenas considerando seus disponíveis e duplicatas a receber (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

Destarte, posteriormente, ver-se-á o Índice de Liquidez Geral (LG) o qual apresenta o panorama financeiro para cumprir com suas obrigações considerando curto e longo prazo (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

2.3.1.3 Índice de liquidez geral

Por conseguinte, o LG é o índice que considera todo o ativo circulante somado ao realizável ao longo prazo e relaciona-os a todos os valores de dívidas assumidas até o momento (MARION, 2008).

2.3.1.4 Índice de liquidez imediata

Por fim, o Índice de Liquidez Imediata (LI) é o índice que apresenta a situação econômico-financeira da empresa para o pagamento imediato, como o próprio nome sugere, das suas obrigações (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

2.3.2 Índices de endividamento

Com a intenção de mensurar o nível de participação de recursos próprios ou de terceiros, isto é, averiguar os princípios de obtenção de capital, é que existem os índices de endividamento – também denominados de índices de estrutura de capital (GITMAN, 2001; GROPELLI; NIKBAKHT, 2002; FERRARI, 2014; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016). Marion (2008) coloca ainda que a composição de endividamento ideal de uma empresa seria com dívidas de longo prazo que assegura um espaço de tempo maior para que a organização gere recursos financeiros capazes de quitar essas obrigações.

Quanto aos tipos de índices, Marion (2008) e Ferrari (2014) sugerem que sejam considerados os seguintes índices: participação de capital de terceiros, imobilização do capital próprio (patrimônio líquido) e imobilização dos recursos não correntes (IRNC).

2.3.2.1 Índice de participação de capital de terceiro

A participação de Capital de Terceiros examina qual o valor investido por terceiros a cada R\$ 1,00 de capital próprio, sendo calculado pela divisão do passivo pelo patrimônio líquido (endividamento em relação ao capital próprio) ou pela divisão do passivo circulante somado ao passivo não circulante pelo ativo (endividamento em relação ao ativo total) (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

2.3.2.2 Índice de imobilização de patrimônio líquido

Já o índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL) consiste em verificar quanto do patrimônio líquido está aplicado no ativo de investimentos, imobilizado e intangível (CUNHA; SOUZA; FERREIRA, 2014; FERRARI, 2014).

2.3.2.3 Índice de imobilização dos recursos não correntes

Segundo Ferrari (2014), tendo em vista que o passivo são as fontes dos recursos da empresa, os mesmos podem ser classificados em correntes (passivo circulante) e não correntes (passivo não circulante e patrimônio líquido). Portanto, Bonifácio et al. (2016) esclarecem que o índice de imobilização de recursos não correntes (IRNC) revela ao gestor financeiro quanto de seus recursos não correntes estão aplicados em seus ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis.

2.3.3 Índice de rentabilidade

Tendo em vista que até o presente momento foram compreendidos conceitos de avaliações financeiras, parte-se então para os índices de avaliações econômicas cujos desempenham a função de elucidar de que forma os recursos investidos estão retornando para a empresa, através de lucros ou receitas (VIEIRA ET AL, 2014; FERRARI, 2014). Os autores destacam os tipos de índices de rentabilidade, tais como o Giro do Ativo (GA), Margem Líquida (ML), Retorno sobre Investimento (ROI) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE).

2.3.3.1 Giro do ativo

O giro do ativo representa a habilidade da organização em reverter seus ativos em vendas, ou seja, o gerenciamento eficiente de seus ativos de forma que a empresa recupere esse valor através de suas vendas durante um determinado espaço de tempo (GITMAN, 2001; MEYER ET AL, 2012; ROSA, 2015; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

2.3.3.2 Margem líquida

Com relação à margem líquida, este índice econômico representa a capacidade de obter resultados positivo líquidos, isto é, lucro líquido, quando em comparação com sua receita líquida de vendas, após a dedução de todas as despesas e tributos incidíveis (BEGALLI; PEREZ JR, 2009; BONIFÁCIO ET AL, 2016; RAYCIKI; EYERKAUFER; MARIAN, 2016).

2.3.3.3 Retorno sobre investimento (ROI)

O retorno sobre investimento (ROI) é expresso sob a forma de análise do lucro líquido operacional (EBIT) quanto ao retorno sobre o capital (próprio e de terceiros) investido, ou seja, avalia qual foi o retorno sobre os ativos e investimento dos sócios e/ ou acionistas em comparação com o lucro líquido operacional (SAURIN ET AL., 2013; MARQUES ET AL., 2014; RAYCIKI; EYERKAUFER; MARIAN, 2016; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

2.3.3.4 Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)

Enquanto o ROI considera o capital próprio e o de terceiros, o retorno sobre patrimônio líquido (ROE) considera apenas o capital próprio, ou seja, constata aos investidores, acionistas ou sócios se o capital que eles empregaram naquela empresa está sendo vantajoso ou não (MEYER ET AL., 2012; MARQUES ET AL., 2014; RAYCIKI; EYERKAUFER; MARIAN, 2016; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

Isto posto, o quadro 6 evidenciará um resumo dos índices econômico-financeiros de análise investigados durante essa seção.

Quadro 6 – Índices econômico-financeiros

Grupos de Índices	Objetivos	Principais Índices
Índices de Liquidez	Avaliar financeiramente sob o aspecto da capacidade da empresa para cumprir o pagamento de suas dívidas.	Índice de Liquidez Corrente
		Índice de Liquidez Seca
		Índice de Liquidez Geral
		Índice de Liquidez Imediata
Índices de Endividamento	Mensurar o nível de participação de recursos próprios ou de terceiros.	Índice de Participação de Capital De Terceiro
		Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido
		Índice de Imobilização de Recursos Não Correntes
Índices de Rentabilidade	Demonstrar de que forma os recursos investidos estão retornando para a empresa	Giro do Ativo
		Margem Líquida
		Retorno sobre Investimento
		Retorno sobre Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Neste contexto, o quadro 7 evidencia ainda os índices supracitados e suas respectivas fórmulas para o cálculo.

Quadro 7 – Principais índices econômico-financeiros e suas respectivas fórmulas

Principais Índices	Fórmulas
Índice de Liquidez Corrente	Ativo circulante (AC) / passivo circulante (PC)
Índice de Liquidez Seca	(AC – estoque – despesas a apropriar) / PC
Índice de Liquidez Geral	(AC + realizável a longo prazo – despesas a apropriar) / PC + passivo não circulante (PNC)
Índice de Liquidez Imediata	Disponibilidades (caixa + bancos + aplicações de liquidez imediata) / PC
Índice de Participação de Capital De Terceiro	Passivo / patrimônio líquido (PL)
Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido	(Investimentos + imobilizado + intangível) / PL
Índice de Imobilização de Recursos Não Correntes	Recursos não correntes / PNC + PL
Giro do Ativo	Receita Operacional Bruta / Ativo Total
Margem Líquida	Resultado Líquido / Receita Operacional Líquida
Retorno sobre Patrimônio Líquido	Resultado Líquido / Patrimônio Líquido

Fonte: Adaptado de Marion (2008) e Ferrari (2014).

2.4 Normas Internacionais de Contabilidade

De acordo com Silva e Rodrigues (2017), o processo de padronização de apresentação das demonstrações contábeis surgiu no ano de 2005, na União Europeia (UE), quando houve a imposição às empresas cotadas em bolsa de produzir suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), na intenção de

que as partes interessadas pudessem obter informações autênticas e confiáveis em qualquer local da UE.

Em vista disso, percebendo a globalização da economia e o desenvolvimento do mercado de capitais e, sobretudo, avaliando a necessidade de convergir para uma única percepção de apresentação de relatórios contábeis é que houve mudanças em outras partes do mundo e, dessa forma, a criação das Normas Internacionais de Contabilidade (MARTINS ET AL., 2014; MALAQUIAS; VERGARA; SILVA, 2017; SILVA; RODRIGUES, 2017).

2.4.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Segundo o site do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o IASB é um órgão independente do IFRS e é responsável pela aprovação das Normas Internacionais de Contabilidade. Além disso, o IASB trabalha no sentido de cooperação com todos os *stakeholders* em todas as partes do mundo (IFRS, 2017).

Destarte, a composição do IASB se dá através de membros cujos são escolhidos por meio de um processo seletivo aberto e nomeados pelos curadores da Fundação IFRS (IFRS, 2017). Além disso, de acordo com o site da IFRS (2017), a mesma está sediada no Reino Unido e possui como missão desenvolver padrões de informações financeiras de alta qualidade e confiáveis as quais tragam transparência, responsabilidade e eficiência aos mercados financeiros ao redor do mundo.

2.4.2 O Brasil e as normas internacionais de Contabilidade

Por conseguinte, Martins et al. (2014) revelam que as normas internacionais passaram por um percurso de adaptação e confluência no Brasil. Além disso, Costa (2012) traça esse processo em ordem cronológica durante três grandes momentos, conforme:

- 1) Lei nº 6.404/76 a qual “dispõe sobre as Sociedades por Ações.”.
- 2) Lei nº 11.638/07 que “altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.” e nº 11.941/09 que “altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição” através da alteração de alguns decretos. Além dos CPCs 01 a 14, com vigência

para exercícios de 2008 e 2009, os quais visam assegurar a padronização na interpretação contábil;

3) CPCs 01 a 43, OCPC 1 a 5 e ICPC 1 a 15, de caráter obrigatório para as demonstrações contábeis do exercício social de 2010.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo abordará o método e as técnicas de pesquisa empregadas para executar o presente estudo. A estrutura da metodologia será descrita em quatro partes: na primeira parte será descrito o método de pesquisa, abordando a modalidade e a natureza. Em segundo, apresentará população e amostra, delineando o escopo da pesquisa. Após, serão apontados os métodos de coleta cujos serão empregados e, por fim, quais as técnicas serão aplicadas para executar a análise dos dados.

3.1 Método de pesquisa

Considerando que a presente pesquisa possui o objetivo de analisar financeiramente uma empresa metalmecânica no norte do Rio Grande do Sul, visando auxiliar a organização a entender suas lacunas financeiras, quais tomadas de decisão se revelaram não vantajosas e apresentar informações confiáveis para a tomada de decisão definiu-se a modalidade da pesquisa.

Neste contexto, a presente pesquisa será caracterizada como uma pesquisa de caráter quantitativo. Isto posto, a pesquisa quantitativa é utilizada para quantificar as coletas de dados e, também, a análise dos dados através de técnicas estatísticas (GIL, 1999; MALHOTRA, 2006). Possui também a finalidade de mensurar e possibilitar o teste de hipóteses, explorando amostras e dados numéricos (MARCONI; LAKATOS, 2011).

No que concerne à natureza de pesquisa, será optado pela natureza descritiva uma vez que analisará dados sem a intenção de manipular ou influenciá-los, isto é, retratará fielmente as informações encontradas nas coletas de dados (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Ademais, de acordo com Malhotra (2012), a pesquisa descritiva objetiva a descrição de alguma característica ou função de mercado.

3.2 População e amostra

O presente estudo analisará as demonstrações financeiras padronizadas de uma empresa do setor metalmecânico no norte do estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de verificar o atual contexto financeiro, ou seja, quantificar e averiguar as relações causais da real situação da organização (TERENCE; FILHO, 2006). Neste sentido, a população, isto é, a unidade de análise serão as demonstrações contábeis como, o Balanço Patrimonial e as

Demonstrações do Resultado do Exercício. Enquanto isso, a amostra utilizará a técnica de amostragem não probabilística por conveniência, visto que serão analisados apenas os dados de uma organização durante o período de 2010 a 2015 e por se ter acesso fácil aos documentos necessários para a realização da presente pesquisa (MATTAR, 2012).

3.3 Coleta de dados

Tendo em vista que a empresa analisada é uma Sociedade Anônima (S.A), que as S.A's possuem obrigatoriedade em publicar suas demonstrações financeiras e que serão analisadas as demonstrações contábeis da empresa, serão coletados dados secundários para realizar a análise financeira da empresa. De acordo com Malhotra (2006), dados secundários referem-se a dados disponíveis em outras fontes e que não foram coletados para o mesmo objetivo que o do estudo em questão.

Para executar a coleta de dados serão utilizadas as publicações das demonstrações contábeis dos anos de 2010 a 2015. As demonstrações contábeis utilizadas serão o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado do Exercício, tendo em vista que essas duas demonstrações contábeis fornecem dados concretos e confiáveis para a realização de uma análise financeira.

3.4 Análise dos dados

Haja vista que será realizada uma análise financeira cuja é composta de análise de índices econômico-financeiros, a análise dos dados do presente estudo se dará através de uma análise estatística. A estatística descritiva baseia-se na coleta, organização e análise de dados numéricos capazes de descrever o fenômeno estudado (JOAQUIM, 2015).

Neste contexto, serão empregadas as análises vertical e horizontal como base para obter as informações concretas e confiáveis para situar economicamente a empresa no seu mercado e também para servir de base para a tomada de decisão gerencial. Corroborando com tal premissa, Assaf Neto (2006) conceitua a análise financeira como uma ferramenta capaz de indicar a situação econômico-financeira de uma organização.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste item serão analisados e discutidos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e os indicadores econômico-financeiros calculados a partir dos dados coletados. O corte temporal dos dados inicia em 2010 e finda em 2015, analisando, dessa maneira, os dados financeiros e econômicos de cinco anos da organização, possibilitando obter um panorama geral dos últimos anos da atuação nacional dessa multinacional. Primeiramente será apresentada a caracterização da empresa e, em seguida, serão analisados os dados obtidos, apresentando inicialmente os índices de liquidez, logo após os índices de endividamento e, por fim, os índices de rentabilidade.

4.1 Caracterização da empresa

O presente estudo visou a realização da análise financeira da empresa L'agriculture, localizada na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, porém com atuação mundial, estando presente em 22 países. A empresa atua no setor metalmeccânico, sendo uma indústria de implementos agrícolas, e possui em seu portfólio mundial produtos para o plantio, fertilização, pulverização, trituração, fenação, além de enfardadoras, empacotadoras, implementos para alimentação animal e distribuição de esterco.

A L'agriculture iniciou suas atividades em 1828, na França, e 118 anos depois fundiu-se à empresa Plantation a fim de mecanizar e modernizar seus produtos para se adaptar às mudanças que ocorreram no mercado pós Segunda Guerra Mundial. A partir deste momento, a organização começa a adotar políticas de aquisição para conquistar diversos países, incluindo Estados Unidos, Itália e China, por exemplo. Entretanto, a oportunidade de expansão para o Brasil acontece apenas em 2005, quando L'agriculture une-se a Métallurgie.

A atuação da L'agriculture no Brasil se consolida e em 2010 é feito um investimento para iniciar um novo sistema de mistura de areia no setor de Fundição. Já em 2013, ocorre a construção de um novo pavilhão de 5.600 m² para armazenamento e usinagem, para que a capacidade produtiva da empresa aumentasse e, dessa forma, reforçando a visão do grupo de investir na unidade brasileira. Certificando, então, a intenção de investir fortemente no Brasil, o grupo decide realizar uma nova aquisição no ano de 2014, adquirindo outra empresa brasileira do ramo chamada Pulvérisateur. Destarte, a organização vem se mantendo sólida no mercado brasileiro e apoiada por um grupo multinacional.

4.2 Análise dos indicadores financeiros da empresa

A seguir serão apresentadas as tabelas com o resultado dos cálculos dos índices na seguinte sequência: da tabela 1 a tabela 4 serão evidenciados os índices de liquidez; da tabela 5 a tabela 8 ficarão expostos os índices de endividamento; e, por fim, da tabela 9 a tabela 11 serão indicados os índices de rentabilidade.

Analisou-se na tabela 2 o índice de liquidez corrente da empresa estudada, que segundo Marion (2008) e Ferrari (2014) apontam que para não haver obstáculos no cumprimento de suas obrigações, é preciso que o índice esteja igual ou acima de 1,00 (um).

Tabela 2 – Índice de Liquidez Corrente

Ano	Índice de Liquidez Corrente	Variação (%)
2010	4,333	-
2011	2,498	-42,35
2012	1,760	-29,53
2013	1,758	-0,14
2014	0,859	-51,13
2015	3,130	264,34

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Observa-se, então, na tabela 2 que o índice de liquidez corrente do período analisado apresentou variações. Em 2010, o índice foi de 4,33, em 2014 o índice foi de 0,85, retomando o patamar de 3,13 em 2015. O índice de liquidez corrente, somente ficou comprometido no ano de 2014, onde a empresa evidenciou dificuldades em honrar compromissos de curto prazo.

Verificou-se na tabela 3 o índice de liquidez seca, o qual também é apontado por Marion (2008) e Ferrari (2014) como um índice que deve ser igual ou superior a um para apresentar capacidade de pagar suas dívidas em curto prazo.

Tabela 3 – Índice de Liquidez Seca

Ano	Índice de Liquidez Seca	Variação (%)
2010	2,962	-
2011	1,640	-44,63
2012	1,222	-25,46
2013	1,014	-17,03
2014	0,482	-52,45
2015	2,145	344,68

Fonte: dados da pesquisa (2017).

É possível observar o declínio do índice ao longo dos anos de 2010 a 2014. Porém, em 2015 o índice retoma um patamar desejável, quase alcançando o índice de 2010. Considerando o ponto de corte supracitado, a empresa obteve problemas de liquidez apenas no ano de 2014, no qual apresentou um índice de LS de 0,482.

Na tabela 4 apresenta-se o índice de liquidez imediata cujo evidenciou um problema caso a empresa necessitasse ser extinta imediatamente, pois como Marion (2008) e Ferrari (2014) sugerem esse índice mede a capacidade de pagamento dos passivos apenas com as disponibilidades.

Tabela 4 – Índice de Liquidez Imediata

Ano	Índice de Liquidez Imediata	Varição (%)
2010	1,744	-
2011	0,862	-50,58
2012	0,329	-61,81
2013	0,490	49,03
2014	0,267	-45,47
2015	0,730	172,78

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Constatou-se que, novamente, o ano de maior dificuldade da empresa metalmeccânica foi 2014, no qual foi registrado o menor índice de liquidez imediata, sendo de 0,267. Entretanto, o melhor ano do índice foi o ano de 2010, cujo apresentou um índice de 1,744, demonstrando que sua capacidade de pagamento imediato estava confirmada.

Por conseguinte, na tabela 5 é apresentado o índice de liquidez geral, o qual considera a capacidade de honrar suas obrigações considerando o ativo circulante e o realizável ao longo prazo dividido pelo passivo circulante mais o passivo não circulante (MARION, 2008).

Tabela 5 – Índice de Liquidez Geral

Ano	Índice de Liquidez Geral	Varição (%)
2010	0,987	
2011	1,034	4,75
2012	1,079	4,32
2013	1,125	4,28
2014	0,453	-59,76
2015	0,607	34,03

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Observou-se, por fim, que o índice de liquidez geral apresentou oscilações pequenas durante o período analisado, conforme tabela acima. O menor índice de LG apresentado foi no ano de 2014, sucedido pelo ano de 2015 e de 2010. Em contrapartida o maior índice registrado nesse intervalo pesquisado foi no ano de 2013, com um índice de 1,125, ou seja, a cada R\$ 1,00 de dívidas a empresa possuía R\$ 1,13 para honrar seus compromissos.

A seguir, serão apresentados os índices de endividamento, os quais mensuram o nível de participação de recursos próprios ou de terceiros (GITMAN, 2001; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

Nas tabelas 6 e 7 demonstram-se os índices de participação de capital de terceiros cujo averigua quanto de capital de terceiros há a cada R\$ 1,00 de capital próprio (MARION, 2008; FERRARI, 2014).

Tabela 6 – Índice de Endividamento em Relação ao Capital Próprio

Ano	Índice de Endividamento em Relação ao Capital Próprio	Variação (%)
2010	2,077	-
2011	2,317	11,53
2012	2,637	13,84
2013	2,437	-7,60
2014	2,299	-5,63
2015	1,727	-24,90

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Ao analisar a tabela 6 é possível constatar que a principal obtenção de capital na metalmeccânica é através de capital de terceiros, como fica explícito pelo índice de endividamento em relação ao capital próprio. Isto porque os índices revelados demonstram que para cada R\$ 1,00 de capital próprio, existiam R\$ 2,64 de capital de terceiros investidos, no ano de 2012. O auge de endividamento em relação ao capital próprio foi no ano de 2012 e sua derrocada no ano de 2015, quando apresentou um índice de 1,727, evidenciando uma menor dependência de capital de terceiros.

Tabela 7 – Índice de Endividamento em Relação ao Ativo Total

Ano	Índice de Endividamento em Relação ao Ativo Total	Variação (%)
2010	51,85	-
2011	56,83	9,60
2012	62,08	9,23
2013	58,96	-5,02
2014	56,51	-4,16
2015	42,09	-25,52

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Entretanto, quando o índice é calculado com base no ativo total, o mesmo é expresso em porcentagem e observa-se que no ano de 2012 teve 62,08% de endividamento em relação ao ativo total. Enquanto isso, em 2015 o índice apresentou seu menor patamar, fechando em 42,09% e uma variação negativa de 25,52% de índice de endividamento em relação ao ano anterior, caracterizando um menor comprometimento do capital próprio em relação ao seu ativo.

A tabela 8 evidenciou que durante três anos os índices de imobilização do Patrimônio Líquido ficaram abaixo de um, revelando que entre 2011 e 2013 a dependência de capital de terceiros foi menor, ou seja, uma porção menor do patrimônio líquido estava sendo injetada nos ativos investimento, imobilizado e intangível (CUNHA; SOUZA; FERREIRA, 2014).

Tabela 8 – Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido

Ano	Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido	Variação (%)
2010	1,014	-
2011	0,951	-6,15
2012	0,871	-8,48
2013	0,820	-5,80
2014	1,711	108,64
2015	1,286	-24,86

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Sendo assim, observa-se que o índice IPL sofreu variações discretas ao longo do período analisado. Dentre as variações, destacam-se o ano de 2013, com uma IPL de 0,82 e o ano de 2014, com um índice de 1,71, os quais representam o melhor e o pior índice, respectivamente.

Enquanto isso, na tabela 9 ficou exposto que a empresa analisada não possui problemas com o nível de imobilização no que se refere ao capital próprio e de terceiros de longo prazo.

Tabela 9 – Índice de Imobilização de Recursos não Correntes

Ano	Índice de Imobilização de Recursos não Correntes	Variação (%)
2010	0,553	-
2011	0,537	-2,86
2012	0,521	-2,96
2013	0,525	0,67
2014	1,031	96,59
2015	0,804	-22,01

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Enquanto o IPL considera apenas o Patrimônio Líquido, o índice de Imobilização de Recursos não Correntes considera também o passivo não circulante para o cálculo, evidenciando ao gestor da organização a quantia de recursos não correntes comprometidos em seus ativos de investimento, imobilizados e intangíveis (BONIFÁCIO et al., 2016). Dessa forma, a tabela 9 apresenta números ainda mais próximos, revelando, assim, que o ano de 2012 foi ligeiramente pior que o ano de 2013, com um índice de 0,521. Demonstra ainda que o ano em que o índice se manteve em um patamar desejável ocorreu em 2014, com o valor de 1,031.

Logo após serão apontados os dados de indicadores de rentabilidade os quais esclarecem a maneira com que os fundos investidos estão sendo revertidos em lucros ou receitas, conforme Vieira et al. (2014) e Ferrari (2014).

A tabela 10 torna evidente que a gestão dos ativos foi falha durante três anos, dois deles consecutivos, pois revela que por três vezes o índice ficou abaixo de um.

Tabela 10 – Índice de Giro do Ativo

Ano	Índice de Giro do Ativo	Variação (%)
2010	0,919	-
2011	1,113	21,14
2012	1,138	2,27
2013	1,259	10,59
2014	0,482	-61,72
2015	0,414	-14,14

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Os dados apontam que no ano de 2013 ocorreu a melhor reversão dos ativos em vendas, com um número de 1,26. Em contrapartida, o ano de 2015 revelou-se o pior ano da gestão de ativos da empresa. Tal índice apresentou uma variação negativa de 61,72% do ano de 2013 para o ano de 2014, revelando a maior queda do índice durante o período analisado.

Na tabela 11 observou-se que as margens líquidas foram pequenas durante o corte temporal analisado e variaram de -10% a 6,5%.

Tabela 11 – Índice de Margem Líquida

Ano	Índice de Margem Líquida	Variação (%)
2010	0,040	-
2011	0,041	2,89
2012	0,065	57,85
2013	0,063	-3,67
2014	-0,019	-129,41
2015	-0,103	454,58

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Os dados da tabela 11 apresentam o lucro líquido das vendas após as deduções (BEGALLI; PEREZ Jr., 2009; RAYCIKI; EYERKAUFER; MARIAN, 2016). Diante disso, constata-se que as margens líquidas apresentaram oscilações, dentre as quais destacam-se o ano de 2012 como o ano com a melhor margem líquida e 2014 com a pior margem líquida, a qual apresentou número negativo. Com relação às variações, verifica-se que o ano de 2012 foi 57,85% melhor que o ano de 2011, porém o ano de 2015 foi 454,58% pior que o ano de 2014, apresentando margem negativa de -0,10.

Finalmente, a tabela 12 representa se a forma como o capital dos acionistas gerou ou não gerou riqueza (MEYER et al., 2012; SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

Tabela 12 – Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Ano	Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Variação (%)
2010	0,064	-
2011	0,087	37,36
2012	0,155	77,30
2013	0,146	-5,35
2014	-0,017	-111,50
2015	-0,059	250,23

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Isto posto, é possível observar que o ano em que foi mais vantajoso injetar capital nessa empresa foi o ano de 2012, enquanto isso, o pior ano para ter investido em ações da metalmecânica foi o ano de 2015, no qual o índice ficou negativo. No que concerne a variação, os investidores tiveram uma surpresa agradável do ano de 2011 para 2012, com

variação de 77,30%, em contrapartida, obtiveram reações desagradáveis em três anos subsequentes, demonstrando um declínio do índice de 2013 a 2015.

Dessa forma, com as análises apresentadas, será demonstrado a seguir o quadro 8, contendo o resumo dos anos em que os índices foram satisfatórios e não satisfatórios.

Quadro 8 – Resumo dos índices e seus resultados satisfatórios e não satisfatórios por ano

Índices	Ano Satisfatório	Ano Não satisfatório
Liquidez Corrente	2010	2014
Liquidez Seca	2010	2014
Liquidez Geral	2013	2014
Liquidez Imediata	2010	2014
Endividamento em Relação ao Capital Próprio	2015	2012
Endividamento em Relação ao Ativo Total	2015	2012
Imobilização do Patrimônio Líquido	2013	2014
Imobilização de Recursos não Correntes	2014	2012
Giro do Ativo	2013	2015
Margem Líquida	2012	2015
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	2012	2015

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Expressos os resultados das análises observou-se que, em sua maioria, os anos não satisfatórios referem-se ao ano de 2014. Então, analisou-se juntamente com o Balanço Patrimonial do ano de 2013 e 2014 (anexos G e I) que houve uma aquisição no valor de R\$ 260.500.369,17. Analisando o histórico da empresa e confrontando tais dados, verificou-se que esse investimento trata-se da aquisição da Pulvérisateur.

Entretanto, a aquisição não foi o único fator para levar os índices a níveis não satisfatórios. Os eventos econômicos e políticos ocorridos no ano de 2014 propiciaram também um cenário desfavorável para o crescimento da empresa, por meio da reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff cuja ocasionou o aumento da inflação, a recessão técnica em virtude do baixíssimo crescimento do produto interno bruto (PIB), a maior alta do Dólar desde 2005 – chegando ao patamar de R\$ 2,70 – e o aumento da taxa básica de juros (Selic).

Considerando ainda que a empresa atua no segmento de implementos agrícolas, é importante salientar que a crise da reeleição de Dilma também afetou o Plano Safra – recursos federais disponibilizados para incentivar o produtor rural – aumentando de 5,5% para 6,5% ao

ano. Em contrapartida, o Moderfrota, a linha de crédito com utilização de fundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reservada para compra de tratores e implementos agrícolas, teve sua taxa de juros reduzida em um ponto percentual, ou seja, de 5,5% para 4,5% ao ano.

Contribuíram ainda para o baixo desempenho dos índices apresentados a seca em São Paulo cujo nível do Sistema de Represas Cantareira teve um declínio catastrófico e gerou, portanto, uma crise de energia elétrica também, ocasionado o aumento no custo da energia elétrica. E também a previsão de queda de -0,5% pelo Banco Central (BACEN) para o ano seguinte no PIB fez com que o cenário se revelasse instável para novos investimentos.

Além disso, por se tratar de um grupo multinacional, existe a possibilidade de a empresa não contrair empréstimos no sistema financeiro nacional e sim através de empréstimos entre as companhias, chamados de *inter company*. Tais empréstimos são vantajosos para a organização visto que apresentam juros mais baixos e um prazo para pagamento estendido. Perante o exposto, houve um empréstimo *inter company* registrado no BP do ano de 2015 (anexo K) de R\$ 30.000.000,00 o qual foi necessário para a transação da aquisição da Pulvérisateur.

Observou-se, dessa forma, por meio das DRE's de 2013 e 2014 (anexos H e J) que apesar de ter havido um aumento de R\$ 16.675.172,77 na receita operacional bruta entre os anos, houve simultaneamente um aumento nos custos do produto vendido de R\$ 11.994.939,86. Esta situação se deve, com base nas informações apresentadas, à aquisição da Pulvérisateur e de todos os eventos econômicos e políticos do ano de 2014, o que culminou em um ano de recessão e estagnação para o Brasil. Diante destes fatos, fica evidenciado que o momento não era propício para uma aquisição de aproximadamente R\$ 260 milhões e que a saúde financeira da empresa foi comprometida em virtude dessa tomada de decisão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista que o presente estudo teve como objetivo basilar a análise das demonstrações contábeis de uma empresa do setor metalmeccânico da cidade de Passo Fundo, realizou-se o cálculo de índices econômico-financeiros com base nos dados extraídos dos balanços patrimoniais e das demonstrações do resultado do exercício dos anos de 2010 a 2015.

Sabe-se que essa análise é indispensável para verificar o cenário econômico e financeiro de uma instituição, por meio de índices que são a transformação de dados em informações para os gestores com o propósito de fornecer elementos seguros e confiáveis para a tomada de decisão. Este tipo de análise mostrou-se relevante para o estudo em questão ao passo que identificou as lacunas financeiras existentes na organização por meio da análise dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, detectando que houve declínios nos índices durante alguns anos-chave para a empresa.

A importância acadêmica ficou visível à medida que apresentou de que maneira os dados obtidos podem ser convertidos em informações e de que forma a análise dos dados representa, de fato, uma lacuna na gestão financeira. Reforçou ainda a relevância de uma análise financeira para reconhecer lapsos nas decisões e poder estabelecer planos de ação para cenários econômicos desfavoráveis.

Quanto a aplicação das normas internacionais de contabilidade, confirmou-se com base nos dados obtidos que a organização atende aos requisitos do art. 178 da Lei nº 11.638/07, visto que segrega o ativo permanente em investimentos, imobilizado e intangível. Consoante à Lei, também divide o patrimônio líquido em capital social, reservas de capital, reservas de lucros e prejuízos acumulados. Entretanto, para afirmar que a empresa cumpre com todas as normas internacionais estabelecidas seria necessário ter acesso a outros documentos contábeis para averiguar se os Pronunciamentos do Comitê de Contabilidade estão sendo seguidos. Sendo assim, não foi possível verificar com absoluta certeza a aplicação das normas internacionais de contabilidade.

Perante o exposto e respondendo a questão de pesquisa, observou-se que os indicadores econômico-financeiros apontam tomadas de decisões falhas quando analisados em conjunto com o histórico de transações e os acontecimentos econômicos e políticos. Além disso, os dados extraídos devem possuir uma grande confiabilidade para que se possa realizar uma análise financeira de qualidade e confiável. Nesse sentido, as falhas são evidenciadas

mediante análises verticais e horizontais, confrontando os índices obtidos com os eventos nacionais e mundiais.

Por fim, constata-se que o atual estudo pode ser incrementado com a possibilidade de análise de fluxos de caixa, o qual propiciaria dados mais precisos acerca da saúde financeira da organização. O presente estudo não teve acesso às demonstrações de fluxo de caixa da empresa estudada. Além disso, outra sugestão para estudos futuros seria averiguar a viabilidade econômica de uma nova aquisição ou também examinar as ferramentas utilizadas para a análise de investimentos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B. V.; ROCHA, P. V. A demonstração do resultado econômico no contexto da avaliação das ações governamentais: estudo sobre as vantagens e dificuldades no processo de implementação desta ferramenta contábil. **Revista Controle**, Ceará, v. 10, n 1, p. 315-328, 2012.
- ALLEM, A. C.; PESSOA, R. M. O setor de bens de capital e o desenvolvimento econômico: quais são os desafios? **BNDES Setorial**, n. 22, p. 71-88, 2005.
- ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P.; SAIKI, T. G. Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza. Disponível em: <<https://goo.gl/tSVL29>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeira**. 8. ed. São Paulo : Atlas, 2007. 2 reimpr.
- _____, A. LIMA, F.G.; **Fundamentos de administração financeira**, São Paulo : Atlas, 2010.
- AVILA, E. S. **Adoção das normas internacionais de contabilidade pelas pequenas e médias empresas do vale do Taquari**. Lajeado: UNIVATES, 2016.
- BACKES, J. A. EVA – Valor econômico agregado. **ConTexto**, Porto Alegre, v.2, n.3, 2002.
- BEGALLI, G. A.; PEREZ JR., J. H. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BONIFÁCIO, D. A. S.; PAULO, E. R.; CARMO, J. H.; RAPOSO, N. B. Brasil Foods: uma análise econômica e financeira antes e após a fusão entre Sadia e Perdigão. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA FACIG, 2., 2016, Manhuaçu. **Anais...** Manhuaçu: Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Sociedade por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <<https://goo.gl/XrDpJu>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- _____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/VdE2ex>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/YcuAiB>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 1.374, de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 241, p. 223-227, 16 dez. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/s21dRR>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Deliberação CVM n.º 676, de 13/12/ 2012. Aprova pronunciamento técnico CPC 26(R1) do CPC, que trata da apresentação das demonstrações contábeis, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/1tsKLZ>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A. Avaliação financeira das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração da UFLA**, v.5, n.2, p. 21-35, 2003.

CARVALHO, B. **Criação de valor – o cash value added como métrica de avaliação da performance empresarial**. 2014, 139 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2014.

CATTANI, M.; SOUZA, D.; DUTRA, C. C. Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão nas empresas da região de Caxias do Sul. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FSG, 10., 2016, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Faculdade da Serra Gaúcha, p. 246-259.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico Cpc 28: propriedade para investimento**. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/KroXQ1>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

COSTA, P. S. **Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras**. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CUNHA, F. P.; SOUZA, A. A.; FERREIRA, C. O. Análise do endividamento de hospitais filantrópicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 17., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

DINIZ, N. **Análise das demonstrações financeiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores econômicos do agronegócio do Rio Grande do Sul** — resultados do terceiro trimestre de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/iHajxW>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. **Painel do Agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015**. Porto Alegre, 2015.
Disponível em : <<https://goo.gl/922oZB>>. Acesso em : 02 abr. 2017.

FERREIRA, E. D. **Análise das demonstrações contábeis**. Niterói: Impetus, 2014.

FRANCISCO, C. D. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso comparativo entre as companhias Renner e Hering**. Criciúma: UNESC, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira – essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GITMAN, L. J.; MADURA, J. **Administração Financeira: Uma Abordagem Gerencial**. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração financeira**. 2.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS). **About us**.
Disponível em: <<https://goo.gl/iZYKny>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira, indicadores e análises especiais (análise de tesouraria de Fleuriet, EVA, DVA e EBITDA)**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOAQUIM, V. N. **Estatística descritiva: instrumento de decisão**. Lisboa: Chambel Multimedia, 2015.

KASSAI, S. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. 2002. 305 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2002.

KAYO, E.D.; KIMURA, H.; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 10, n. 3, p.73-90, 2006.

LARA, E. P.; ROBLES JÚNIOR, A. Proposta de introdução de uma gestão estratégica de custos para as micro e pequenas empresas. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**. Londrina, v. 2, n. 2, p. 51-65, 2001.

LIMA, C. A. **Análise econômico-financeira: um estudo de caso em uma indústria de cal do interior de Minas Gerais**. Formiga: UNIFOR, 2016.

MALAQUIAS, R. F.; VERGARA, N. R.; SILVA, E. C. Convergência contábil e conhecimento sobre normas internacionais de contabilidade: uma análise do entendimento dos

futuros profissionais de dois países. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9. n. 1, p. 185–203, 2017.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. São Paulo: Bookman, 2006.

_____. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade básica: manual do professor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, V. G.; OLIVEIRA, A. S.; NIYAMA, J. K.; DINIZ, J. A. Níveis diferenciados de governança corporativa e a qualidade da informação contábil durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 23-42, 2014.

MARQUES, K. C. M.; ABBAS, K.; TONIN, J. M. F.; LEONCINE, M. Relação entre estrutura de custos e despesas com o desempenho: estudo em hospitais brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21., 2014, Natal. **Anais...** Natal.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEYER, M.; CASTURINO, V.; FEDATO, G.A. L.; COAN, F. M. J. Análise econômica e financeira: um estudo na empresa Vale S/A do setor de minério. **Revista Contabilidade & Amazônia**, v. 5, n. 1, p. 105-118, 2012.

MELO, I. C. A.; TINOCO, J. E. P.; YOSHITAKE, M. Combinação de negócios no Brasil em empresas de capital aberto no período de 2005 a 2008: identificação dos impactos nas demonstrações financeiras. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 23-46, 2012.

MOREIRA, R. L.; ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO, R. D. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.10, n.19, p.119-140, 2013.

NASCIMENTO, J. I. A. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo na cooperativa de crédito “Sicoob Pajeú Agreste” nas concessões de crédito à pessoa jurídica**. Monteiro: UEPB, 2016.

OLIVEIRA, A. S.; MENDES, L. A. C. Demonstração do Resultado do Exercício - DRE: análise de sua importância para tomada de decisão. **Revista Mangaio Acadêmico**, v. 1, n. 2, p. 61, 2016. Edição Especial – Anais da II Jornada Acadêmica.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v.17, n.40, 2006.

PEREZ, R. S. **A criação de valor ao acionista através de fusões e aquisições**: uma análise do caso gol e varig. 2016, 24 f. Monografia – Ciências Econômicas, Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), São Paulo, 2016.

PORTAL BRASIL. **PIB agropecuário deve crescer 3,61% em 2017**. Disponível em: <<https://goo.gl/uBwi6F>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

PORTO, R. M. A. B; MAGALHÃES, A. M. Gestão da informação como suporte à redução de incerteza no processo decisório: estudo de caso do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, v. 1, n. 1, p. 81-95, 2014.

RAYCIKI, C.; EYERKAUFER, M. L.; MARIAN, S. Terceirização ou primarização: impactos no desempenho econômico e financeiro de uma empresa de serviços especializados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 23., 2016, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas.

SANTOS, C.; BARROS, S. F. **Estrutura e análise de balanço**. São Paulo: Thompson IOB, 2005.

SAPORITO, A. **Análise referencial**: proposta de um instrumento facilitador da análise a longo prazo de demonstrações contábeis. 2005. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo: USP, 2005.

SAURIN, V.; LOPES, A. L. M.; COSTA JUNIOR, N. C. A.; GONÇALVES, C. A. Medidas de eficiência e retorno de Investimento: um estudo nas distribuidoras de energia elétrica brasileiras com base em Data Envelopment Analysis, índice de Malmquist e ROI. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 25-38, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Fluxo de Caixa**. São Paulo, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A.; RODRIGUES, A. Mecanismos de controle das normas internacionais de contabilidade. **European Journal of Applied Business and Management**, Special Issue, p. 57-72, 2017.

SILVA, M. P.; COUTO, C. H. M.; CARDOSO, A. A. B. Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de suporte à gestão financeira. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, n. 13, p. 23-45, 2016.

SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R. **Contabilidade Geral: introdução à contabilidade societária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza.

TRAUB, A.; MYSZCZUK, A. P.; CATAPAN, A. Análise econômico financeiro da escola de administração pública do instituto municipal de administração pública de Curitiba. **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, Caxias do Sul, v.4, n.2, p. 38-56, 2016.

VIEIRA, E. M. M.; SANTOS, A. A.; LAGIOIA, U. C. T.; VIEIRA, G. F.; SANTOS, J. F. Melhores grupos de índices e demonstrações contábeis para análise da situação econômico-financeira das empresas na percepção de analistas do mercado de capitais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 29-46, 2014.

VIEIRA, E. P.; CARNEIRO, T. D.; FILIPIN, R. A relevância da informação contábil na gestão das empresas do agronegócio da região noroeste do estado do rio grande do sul. **Revista de Administração e Contabilidade**, n. 27, p.35-70, 2015.

VIEIRA, S.A.; RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Relatórios contábeis gerados pela controladoria para o controle de gestão: um estudo de caso em uma empresa de construção civil. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.6, n.23, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL 2010

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	R\$ 83.012.643,32
CIRCULANTE	R\$ 42.174.953,75
DISPONIBILIDADES	R\$ 8.490.719,93
Caixa Geral	R\$ 5.203,15
Bancos Conta Movimento	R\$ 5.440,70
APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQ. IMEDIATA	R\$ 8.480.076,08
Aplicação Financeira	R\$ 8.480.076,08
CÂMBIOS A FECHAR	R\$ -
Câmbios a fechar	R\$ -
CRÉDITOS COM CLIENTES	R\$ 15.446.125,32
Duplicatas a Receber	R\$ 17.673.671,38
(-) Variação Cambial Clientes	-R\$ 250.037,34
(-) Provisão P/Créd. Liq. Duvidosa	-R\$ 666.678,72
Outros Valores a Receber	R\$ 238.372,41
(-) Provisão Outros Valores a Receber	-R\$ 238.372,41
Adiantamento s/Cambiais Entregues	R\$ -
Vendas Entrega Futura	-R\$ 1.310.830,00
ESTOQUES	R\$ 13.341.903,54
Estoques	R\$ 15.323.773,54
(-) Provisões	-R\$ 1.981.870,00
ESTOQUES EM TRANSITO	R\$ 1.377.893,02
Estoques em Transito	R\$ 1.377.893,02
Empréstimo p/Terceiros	R\$ -
OUTROS CREDITOS	R\$ 3.272.710,44
Aplicações Financeiras Prazo Fixo	R\$ 10.000,00
Impostos a Recuperar	R\$ 2.496.392,83
Adiantamentos	R\$ 766.317,61
Devedores Diversos	R\$ -
Valores a Receber	R\$ -
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	R\$ 245.601,50
Despesas Antecipadas	R\$ 245.601,50
NÃO CIRCULANTE	R\$ 40.837.689,57
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 330.690,82
Cauções e Depósitos	R\$ 138.399,60
Consortio para Revenda	R\$ -
Impostos Diferidos a Recuperar	R\$ 85.019,55
Impostos a Recuperar	R\$ 107.271,67
IMOBILIZADO	R\$ 15.617.424,06
Valor Histórico Corrigido	R\$ 25.766.917,62
(-) Depreciações Acumuladas	-R\$ 10.149.493,56
INTANGÍVEL	R\$ 24.889.574,69

Bens intangíveis	R\$ 605.470,97
(-) Amortizações Intangíveis Acumuladas	-R\$ 407.145,32
INVESTIMENTO	R\$ 24.691.249,04
Ágio na Aquisição investimento BAC 2	R\$ 36.130.164,18
Ágio na Aquisição investimento BAC 1	R\$ 15.037.383,37
(-) Amortização Ágio Aquisição Invest.	-R\$ 26.476.298,51
PASSIVO	R\$ 83.012.643,32
CIRCULANTE	R\$ 9.733.705,67
DEBITOS MERCANTIS	R\$ 7.154.419,72
Fornecedores	R\$ 3.274.792,96
(-) Variação Cambial	-R\$ 45.222,03
Fornecedores em Transito	R\$ 1.377.893,02
Adiantamento de Clientes	R\$ 647.432,85
Provisão Comissões e Credores p/comis.	R\$ 890.931,96
Credores Diversos	R\$ 1.008.590,96
OBRIGACOES SOCIAIS, FISCAIS, TRAB. E FINANC.	R\$ 2.579.285,95
Contribuições e Impostos a Recolher	R\$ 554.503,34
Obrigações a Pagar	R\$ 307.289,10
Provisão Férias E 13o Salario	R\$ 738.602,38
Obrigações e Juros a Pagar	R\$ -
Provisão p/Garantia	R\$ 824.000,00
Provisão IR E CS Diferido	R\$ -
Gratificações a Pagar	R\$ 154.891,13
NÃO CIRCULANTE	R\$ 33.312.382,35
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	R\$ 33.312.382,35
EMPRESTIMOS INTER COMPANY	
Bucher Inds	R\$ 33.000.000,00
IMPOSTOS DIFERIDOS	
Impostos Diferidos a Recuperar	R\$ 15.382,35
Provisão p/ Contingência	R\$ 297.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 39.966.555,30
CAPITAL	R\$ 19.601.000,00
Capital Social	R\$ 19.601.000,00
Reserva de Capital	R\$ 38.271.809,91
Reserva de Ágio	R\$ 38.271.809,91
RETENÇÃO DE LUCRO	R\$ 67.908,49
Reserva Legal	R\$ 67.908,49
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 17.974.163,10
Prejuízos Acumulados	-R\$ 17.974.163,10

ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 76.251.289,56
Vendas da Produção Própria	R\$ 40.459.046,85
Revenda de Mercadorias	R\$ 19.663.009,09
Vendas Para Exportação	R\$ 10.976.093,87
Vendas Exportação Kuhn	R\$ 5.063.807,52
Vendas de Serviços	R\$ 89.332,23
DEDUCOES	-R\$ 13.254.179,39
Impostos Sobre Vendas	-R\$ 8.051.734,77
Devoluções e Abatimentos	-R\$ 5.202.444,62
Devoluções e Abatimentos Kuhn S/A	R\$ -
Devoluções e Abatimentos Kuhn Ibérica	R\$ -
Devoluções de Vendas-Exportação	R\$ -
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 62.997.110,17
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS E SERVICOS	-R\$ 46.440.911,05
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-R\$ 46.440.911,05
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 16.556.199,12
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 16.483.549,62
Despesas Com Vendas	-R\$ 13.666.139,77
Despesas Administrativas	-R\$ 2.617.047,66
Despesas Tributárias	-R\$ 449.093,12
Despesas Financeiras	-R\$ 4.624.016,96
Receitas Financeiras	R\$ 4.872.747,89
CONST. PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS	R\$ 1.191.765,63
Despesas c/ Provisões	-R\$ 3.566.294,01
Reversão das Provisões	R\$ 4.758.059,64
OUTRAS REC. E DESP. OPERACIONAIS	R\$ 889.834,22
Outras Receitas Operacionais	R\$ 1.054.943,27
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 165.109,05
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	R\$ 2.154.249,35
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS	R\$ 251.745,00
Ganhos de Capital	R\$ 29.610,47
Outras Rec. Não Operacionais	R\$ 302.534,09
Outras Desp. Não Operacionais	-R\$ 80.399,56
PARTICIPACOES DOS EMPREGADOS	-R\$ 154.891,13
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	R\$ 2.405.994,35
PROVISÃO CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDO	R\$ 76.440,07
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	R\$ 212.333,51
LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO	2.539.876,80

ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL 2011

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	R\$ 101.443.331,88
CIRCULANTE	R\$ 59.637.004,47
DISPONIBILIDADES	R\$ 10.412.002,72
Caixa Geral	R\$ 9.084,64
Bancos Conta Movimento	R\$ 243.243,74
APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQ. IMEDIATA	R\$ 10.159.674,34
Aplicação Financeira	R\$ 10.159.674,34
CREDITOS COM CLIENTES	R\$ 22.760.138,15
Duplicatas a Receber	R\$ 23.136.869,88
(-) Variação Cambial Clientes	R\$ 421.900,35
(-) Provisão P/Créd. Liq. Duvidosa	-R\$ 628.365,45
Outros Valores a Receber	R\$ 168.780,50
(-) Provisão Outros Valores a Receber	-R\$ 156.317,09
Vendas Entrega Futura	-R\$ 182.730,04
ESTOQUES	R\$ 20.479.368,07
Estoques	R\$ 22.237.825,56
(-) Provisões	-R\$ 1.758.457,49
ESTOQUES EM TRANSITO	R\$ 2.982.387,81
Estoques em Transito	R\$ 2.982.387,81
OUTROS CREDITOS	R\$ 2.545.465,72
Aplicações Financeiras Prazo Fixo	R\$ 10.000,00
Impostos a Recuperar	R\$ 1.840.620,38
Adiantamentos	R\$ 694.845,34
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	R\$ 457.642,00
Despesas Antecipadas	R\$ 457.642,00
NÃO CIRCULANTE	R\$ 41.806.327,41
Valores a Receber-BCO DLL	R\$ 29.471,52
IMOBILIZADO	R\$ 16.793.629,05
Valor Histórico Corrigido	R\$ 28.381.531,39
(-) Depreciações Acumuladas	-R\$ 11.587.902,34
INTANGÍVEL	R\$ 168.641,65
Bens intangíveis	R\$ 619.226,86
(-) Amortizações Intangíveis Acumuladas	-R\$ 450.585,21
INVESTIMENTOS	R\$ 24.691.249,04
Ágio na Aquisição investimento BAC 2	R\$ 36.130.164,18
Ágio na Aquisição investimento BAC 1	R\$ 15.037.383,37
(-) Amortização Ágio Aquisição Invest.	-R\$ 26.476.298,51
PASSIVO	R\$ 101.443.331,88
CIRCULANTE	R\$ 23.875.511,67
DEBITOS MERCANTIS	R\$ 19.984.605,52
Fornecedores	R\$ 13.420.718,99
(-) Variação Cambial	R\$ 956.576,62

Fornecedores em Transito	R\$ 2.982.387,81
Adiantamento de Clientes	R\$ 994.819,91
Provisão Comissões e Credores p/comis.	R\$ 1.237.561,40
Credores Diversos	R\$ 392.540,79
OBRIGACOES SOCIAIS, FISCAIS, TRAB. E FINANC.	R\$ 3.890.906,15
Contribuições e Impostos a Recolher	R\$ 687.548,40
Obrigações a Pagar	R\$ 347.044,51
Provisão Férias E 13o Salario	R\$ 651.939,71
Obrigações e Juros a Pagar	R\$ 730.529,67
Provisão Royalties	R\$ 48.753,23
Provisão IRRF s/ Royalties	R\$ 8.600,08
Provisão FLAT-DLL	R\$ 33.588,98
Provisão Bônus Rev. Representantes	R\$ 77.901,57
NÃO CIRCULANTE	R\$ 33.778.683,57
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	R\$ 33.778.683,57
CREDORES DIVERSOS	
Menegaz S/A Ind. Com	R\$ 432.480,50
EMPRESTIMOS INTER COMPANY	
Bucher Inds	R\$ 33.000.000,00
IMPOSTOS DIFERIDOS	
Provisão Contingência e Bco DLL	R\$ 346.203,07
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 43.789.136,64
CAPITAL	R\$ 19.601.000,00
Capital Social	R\$ 19.601.000,00
Reserva de Capital	R\$ 38.271.809,91
Reserva de Ágio	R\$ 38.271.809,91
RETENÇÃO DE LUCRO	R\$ 67.908,49
Reserva Legal	R\$ 67.908,49
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 14.151.581,76
Prejuízos Acumulados	-R\$ 14.151.581,76

ANEXO D - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2011

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 112.878.969,93
Vendas da Produção Própria	R\$ 53.962.738,54
Revenda de Mercadorias	R\$ 42.382.951,53
Vendas Para Exportação	R\$ 9.435.147,52
Vendas Exportação Kuhn	R\$ 6.978.513,88
Vendas de Serviços	R\$ 119.618,46
DEDUCOES	-R\$ 20.725.559,37
Impostos Sobre Vendas	-R\$ 12.821.335,15
Devoluções e Abatimentos	-R\$ 7.904.224,22
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 92.153.410,56
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS E SERVICOS	-R\$ 65.704.433,81
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-R\$ 65.704.433,81
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 26.448.976,75
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 21.082.769,70
Despesas Com Vendas	-R\$ 16.263.351,40
Despesas Administrativas	-R\$ 2.975.632,38
Despesas Tributárias	-R\$ 401.086,32
Despesas Financeiras	-R\$ 7.209.079,50
Receitas Financeiras	R\$ 5.766.379,90
CONST. PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS.	-R\$ 475.672,72
Despesas c/ Provisões	-R\$ 4.193.616,49
Reversão das Provisões	R\$ 3.717.943,77
OUTRAS REC. E DESP. OPERACIONAIS	R\$ 17.330,66
Outras Receitas Operacionais	R\$ 216.489,43
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 199.158,77
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	R\$ 4.907.864,99
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS	R\$ 186.398,23
Ganhos de Capital	-R\$ 6.523,55
Outras Rec. Não Operacionais	R\$ 192.921,78
Outras Desp. Não Operacionais	
PARTICIPACOES DOS EMPREGADOS	-R\$ 342.085,22
RESULTADO ANTES CSLL	R\$ 4.752.178,00
PROVISÃO CONTRIBUICAO SOCIAL	-R\$ 239.267,22
PROVISÃO CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDO	-R\$ 18.433,38
RESULTADO ANTES IRPJ	R\$ 4.494.477,40
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA	-R\$ 620.692,24
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-R\$ 51.203,82
LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO	R\$ 3.822.581,34

ANEXO E – BALANÇO PATRIMONIAL 2012

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	R\$ 136.624.023,66
CIRCULANTE	R\$ 88.132.214,51
DISPONIBILIDADES	R\$ 8.402.726,83
Caixa Geral	R\$ 13.867,30
Bancos Conta Movimento	R\$ 315.394,15
APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQ. IMEDIATA	R\$ 8.073.465,38
Aplicação Financeira	R\$ 8.073.465,38
CREDITOS COM CLIENTES	R\$ 39.060.852,02
Duplicatas a Receber	R\$ 40.355.962,30
(-) Variação Cambial Clientes	R\$ 179.093,52
(-) Provisão P/Créd. Liq. Duvidosa	-R\$ 452.274,80
Outros Valores a Receber	R\$ 39.795,09
(-) Provisão Outros Valores a Receber	-R\$ 39.795,09
Adiantamento s/Cambiais Entregues	R\$ -
Vendas Entrega Futura	-R\$ 1.021.929,00
ESTOQUES	R\$ 26.928.848,46
Estoques	R\$ 30.099.496,90
(-) Provisões	-R\$ 3.170.648,44
ESTOQUES EM TRANSITO	R\$ 7.020.343,41
Estoques em Transito	R\$ 7.020.343,41
Empréstimo p/Terceiros	R\$ -
OUTROS CREDITOS	R\$ 6.525.551,01
Aplicações Financeiras Prazo Fixo	R\$ 18.189,88
Impostos a Recuperar	R\$ 4.368.299,87
Adiantamentos	R\$ 2.139.061,26
Valores a Receber	R\$ -
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	R\$ 193.892,78
Despesas Antecipadas	R\$ 193.892,78
NÃO CIRCULANTE	R\$ 48.491.809,15
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 3.387.668,98
Cauções e Depósitos	R\$ -
Impostos Diferidos a Recuperar	R\$ 3.248.751,27
Valores a Receber-BCO DLL	R\$ 138.917,71
IMOBILIZADO	R\$ 20.266.421,00
Valor Histórico Corrigido	R\$ 33.157.362,38
(-) Depreciações Acumuladas	-R\$ 12.890.941,38
INTANGÍVEL	R\$ 146.470,13
Bens intangíveis	R\$ 633.051,86
(-) Amortizações Intangíveis Acumuladas	-R\$ 486.581,73
INVESTIMENTOS	R\$ 24.691.249,04
Ágio na Aquisição investimento BAC 2	R\$ 36.130.164,18
Ágio na Aquisição investimento BAC 1	R\$ 15.037.383,37
(-) Amortização Ágio Aquisição Invest.	-R\$ 26.476.298,51
PASSIVO	R\$ 136.624.023,66
CIRCULANTE	R\$ 50.065.346,89
DEBITOS MERCANTIS	R\$ 41.131.417,60
Fornecedores	R\$ 28.212.389,11
(-) Variação Cambial	R\$ 960.887,74
Fornecedores em Transito	R\$ 7.020.343,41
Adiantamento de Clientes	R\$ 1.919.484,07

Provisão Comissões e Credores p/comis.	R\$	2.548.162,74
Credores Diversos	R\$	470.150,53
OBRIGACOES SOCIAIS, FISCAIS, TRAB. E FINANC.	R\$	8.933.929,29
Contribuições e Impostos a Recolher	R\$	3.571.199,48
Obrigações a Pagar	R\$	502.108,95
Provisão Férias E 13o Salario	R\$	850.745,90
Obrigações e Juros a Pagar	R\$	1.596.383,32
Provisão p/Garantia	R\$	2.229.000,00
Provisão Royalties	R\$	59.398,03
Provisão IRRF s/ Royalties	R\$	-
Provisão FLAT-DLL	R\$	125.093,61
Provisão Bônus Rev. Representantes	R\$	-
NÃO CIRCULANTE	R\$	34.751.086,91
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	R\$	34.751.086,91
CREDORES DIVERSOS		
Menegaz S/A Ind. Com	R\$	432.480,50
EMPRESTIMOS INTER COMPANY		
Bucher Inds	R\$	33.000.000,00
IMPOSTOS DIFERIDOS		
Impostos Diferidos a Recuperar	R\$	859.066,12
Provisão p/ Contingência e Bco DLL	R\$	459.540,29
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$	51.807.589,86
CAPITAL	R\$	19.601.000,00
Capital Social	R\$	19.601.000,00
Reserva de Capital	R\$	38.271.809,91
Reserva de Ágio	R\$	38.271.809,91
RETENÇÃO DE LUCRO	R\$	67.908,49
Reserva Legal	R\$	67.908,49
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$	6.133.128,54
Prejuízos Acumulados	-R\$	6.133.128,54

ANEXO F - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2012

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 155.483.693,60
Vendas da Produção Própria	R\$ 74.250.871,90
Revenda de Mercadorias	R\$ 61.253.941,61
Vendas Para Exportação	R\$ 11.575.032,42
Vendas Exportação Kuhn	R\$ 8.318.784,02
Vendas de Serviços	R\$ 85.063,65
DEDUCOES	-R\$ 33.023.117,22
Impostos Sobre Vendas	-R\$ 18.382.849,88
Devoluções e Abatimentos	-R\$ 14.640.267,34
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 122.460.576,38
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS E SERVICOS	-R\$ 82.216.652,85
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-R\$ 82.216.652,85
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 40.243.923,53
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 28.425.702,48
Despesas Com Vendas	-R\$ 21.213.270,39
Despesas Administrativas	-R\$ 3.386.692,70
Despesas Tributárias	-R\$ 742.321,30
Despesas Financeiras	-R\$ 12.045.521,73
Receitas Financeiras	R\$ 8.962.103,64
CONST. PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS	-R\$ 3.300.528,72
Despesas c/ Provisões	-R\$ 7.636.335,98
Reversão das Provisões	R\$ 4.335.807,26
OUTRAS REC. E DESP. OPERACIONAIS	R\$ 254.223,19
Outras Receitas Operacionais	R\$ 569.157,69
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 314.934,50
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	R\$ 8.771.915,52
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS	R\$ 256.196,83
Ganhos de Capital	R\$ 256.196,83
Outras Rec. Não Operacionais	R\$ -
Outras Desp. Não Operacionais	R\$ -
PARTICIPACOES DOS EMPREGADOS	-R\$ 819.494,42
RESULTADO ANTES DAS PROVISOES	R\$ 8.208.617,93
PROVISÃO CONTRIBUICAO SOCIAL DIFERIDO	R\$ 632.563,71
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	R\$ 1.757.121,44
PROVISÃO CONTRIBUICAO SOCIAL	-R\$ 713.761,94
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA	-R\$ 1.866.087,92
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 8.018.453,22

ANEXO G – BALANÇO PATRIMONIAL 2013

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	R\$ 147.910.379,66
CIRCULANTE	R\$ 93.189.394,95
DISPONIBILIDADES	R\$ 15.473.020,06
Caixa Geral	R\$ 10.964,90
Bancos Conta Movimento	R\$ 4.937.316,81
APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQ. IMEDIATA	R\$ 10.524.738,35
Aplicação Financeira	R\$ 10.524.738,35
CREDITOS COM CLIENTES	R\$ 30.155.227,90
Duplicatas a Receber	R\$ 31.815.641,77
(-) Provisões, Variações e Outras Deduções	-R\$ 1.660.413,87
ESTOQUES	R\$ 39.423.544,48
Estoques	R\$ 41.218.412,67
Estoques em Transito	R\$ 975.794,32
(-) Provisões	-R\$ 2.770.662,51
OUTROS CREDITOS	R\$ 7.841.481,67
Aplicações Financeiras Prazo Fixo	R\$ 41.106,58
Impostos a Recuperar	R\$ 4.452.578,26
Adiantamentos	R\$ 3.325.587,54
Devedores Diversos	R\$ 22.209,29
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	R\$ 296.120,84
Despesas Antecipadas	R\$ 296.120,84
NÃO CIRCULANTE	R\$ 54.720.984,71
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 4.940.871,11
Cauções e Depósitos	R\$ 100.000,00
Impostos Diferidos a Recuperar	R\$ 4.478.050,47
Valores a Receber	R\$ 362.820,64
INVESTIMENTOS	R\$ 24.691.250,04
Participações e Aquisições	R\$ 51.167.548,55
(-) Amortização	-R\$ 26.476.298,51
IMOBILIZADO	R\$ 24.950.119,54
Valor Histórico Corrigido	R\$ 40.095.325,03
(-) Depreciações Acumuladas	-R\$ 15.145.205,49
INTANGÍVEL	R\$ 138.744,02
Bens intangíveis	R\$ 646.328,95
(-) Amortizações Intangíveis Acumuladas	-R\$ 507.584,93
PASSIVO	R\$ 147.910.379,66
CIRCULANTE	R\$ 53.009.794,81
DEBITOS MERCANTIS	R\$ 43.602.643,72
Fornecedores	R\$ 34.223.995,40
(-) Provisões, Variações e Outras Deduções	R\$ 4.188.068,11
Fornecedores em Transito	R\$ 975.794,32
Adiantamento de Clientes	R\$ 1.619.042,03
Provisão Comissões e Credores p/comis.	R\$ 1.956.956,48
Credores Diversos	R\$ 638.787,38
OBRIGACOES SOCIAIS, FISCAIS, TRAB. E FINANC.	R\$ 9.407.151,09
Contribuições e Impostos a Recolher	R\$ 3.711.322,70
Obrigações a Pagar	R\$ 470.060,95
Provisão Férias E 13o Salario	R\$ 773.317,30
Outras Obrigações a Pagar	R\$ 1.681.470,92
Outras Provisões Constituídas	R\$ 2.770.979,22

NÃO CIRCULANTE	R\$	34.200.777,02
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	R\$	34.200.777,02
CREDORES DIVERSOS	R\$	432.480,50
Fornecedores	R\$	432.480,50
EMPRESTIMOS INTER COMPANY	R\$	31.000.000,00
Bucher Inds	R\$	31.000.000,00
IMPOSTOS DIFERIDOS	R\$	2.768.296,52
Impostos Diferidos a Recuperar	R\$	981.246,52
Outras Provisões Constituídas	R\$	1.787.050,00
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$	60.699.807,83
CAPITAL	R\$	19.601.000,00
Capital Social	R\$	19.601.000,00
Reserva de Capital	R\$	38.271.809,91
Reserva de Ágio	R\$	38.271.809,91
RETENÇÃO DE LUCRO	R\$	67.908,49
Reserva Legal		67.908,49
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		2.759.089,43
Lucros a destinar		2.759.089,43

ANEXO H – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 186.146.741,79
Vendas da Produção Própria	R\$ 119.528.725,76
Revenda de Mercadorias	R\$ 50.042.450,63
Vendas Para Exportação	R\$ 16.518.804,62
Vendas de Serviços	R\$ 56.760,78
DEDUÇÕES	-R\$ 45.163.626,96
Impostos Sobre Vendas	-R\$ 20.822.491,80
Devoluções e Abatimentos	-R\$ 24.341.135,16
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 140.983.114,83
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS	-R\$ 93.022.950,84
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-R\$ 93.022.950,84
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 47.960.163,99
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 35.689.093,82
Despesas Com Vendas	-R\$ 24.423.314,71
Despesas Administrativas	-R\$ 3.677.746,53
Despesas Tributárias	-R\$ 809.645,70
Despesas Financeiras	-R\$ 16.743.676,83
Receitas Financeiras	R\$ 9.965.289,95
CONST. PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS	-R\$ 769.480,41
Despesas c/ Provisões	-R\$ 9.117.143,52
Reversão das Provisões	R\$ 8.347.663,11
OUTRAS REC. E DESP. OPERACIONAIS	R\$ 21.170,75
Outras Receitas Operacionais	R\$ 476.590,63
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 455.419,88
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	R\$ 11.522.760,51
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 78.221,38
Ganhos de Capital	R\$ 78.221,38
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS	-R\$ 900.189,40
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	R\$ 10.700.792,49
PROVISÃO IMPOSTOS DIFERIDOS	R\$ 1.107.118,80
PROVISÃO IMPOSTOS S/LUCRO	-R\$ 2.915.693,32
LUCRO LÍQUIDO ACUMULADO	R\$ 8.892.217,97

ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL 2014

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	R\$ 421.016.084,89
CIRCULANTE	R\$ 100.690.971,80
DISPONIBILIDADES	R\$ 15.831.534,63
Caixa Geral	R\$ 2.064,69
Bancos Conta Movimento	R\$ 313.323,64
APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQ. IMEDIATA	R\$ 15.516.146,30
Aplicação Financeira	R\$ 15.516.146,30
CREDITOS COM CLIENTES	R\$ 31.807.783,57
Duplicatas a Receber	R\$ 34.586.115,68
(-) Deduções de Duplicatas a Receber	-R\$ 2.778.332,11
ESTOQUES	R\$ 44.155.883,52
Estoques	R\$ 44.129.280,48
Estoques em Transito	R\$ 3.829.425,63
(-) Redução Valor Recuperável	-R\$ 3.802.822,59
OUTROS CREDITOS	R\$ 7.764.131,77
Aplicações Financeiras Prazo Fixo	R\$ 68.075,72
Impostos a Recuperar	R\$ 5.978.086,47
Adiantamentos	R\$ 1.682.890,40
Outros Valores a Receber	R\$ 35.079,18
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	R\$ 1.131.638,31
Despesas Antecipadas	R\$ 1.131.638,31
NÃO CIRCULANTE	R\$ 320.325.113,09
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 7.036.737,84
Cauções e Depósitos	R\$ 24.558,11
Impostos a Recuperar	R\$ 6.565.634,68
Valores a Receber	R\$ 446.545,05
INVESTIMENTOS	R\$ 285.191.619,21
Participações e Aquisições	R\$ 285.191.619,21
IMOBILIZADO	R\$ 27.942.566,64
Bens Imobilizados	R\$ 45.751.313,66
(-) Depreciações Acumuladas	-R\$ 17.808.747,02
INTANGÍVEL	R\$ 154.189,40
Bens intangíveis	R\$ 657.829,08
(-) Amortizações Acumuladas	-R\$ 503.639,68
PASSIVO	R\$ 421.016.084,89
CIRCULANTE	R\$ 117.213.817,46
DEBITOS MERCANTIS	R\$ 51.854.204,78
Fornecedores	R\$ 33.766.948,50
(-) Deduções de Fornecedores	R\$ 3.885.583,37
Fornecedores em Transito	R\$ 3.829.425,63
Adiantamento de Clientes	R\$ 1.723.251,77
Credores Diversos	R\$ 8.648.995,51
OUTRAS OBRIGAÇÕES	R\$ 65.359.612,68
Obrigações Sociais	R\$ 2.385.865,13
Obrigações Fiscais	R\$ 1.261.648,91
Provisões Constituídas	R\$ 3.699.402,72
Obrigações Diversas	R\$ 8.012.695,92
Debentures não Conversíveis em Ações	R\$ 50.000.000,00
NÃO CIRCULANTE	R\$ 120.709.793,85
DEBITOS MERCANTIS	R\$ 5.997.000,00

Credores Diversos	R\$	5.997.000,00
EMPRESTIMOS INTER COMPANY	R\$	111.000.000,00
Bucher Industries AG	R\$	31.000.000,00
Debentures não Conversíveis em Ações	R\$	80.000.000,00
PROVISÃO E DIFERIDOS	R\$	3.712.793,85
Impostos Diferidos	R\$	1.083.643,85
Provisões Constituídas	R\$	2.629.150,00
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$	183.092.473,58
CAPITAL	R\$	145.077.811,88
Capital Social	R\$	145.077.811,88
Reserva de Capital	R\$	38.271.809,91
Reserva de Ágio	R\$	38.271.809,91
RETENÇÃO DE LUCRO	R\$	67.908,49
Reserva Legal	R\$	67.908,49
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$	325.056,70
Prejuízos Acumulados	-R\$	325.056,70

ANEXO J - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2014

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 202.821.914,56
Vendas da Produção Própria	R\$ 117.894.648,46
Revenda de Mercadorias	R\$ 49.898.718,89
Vendas Para Exportação	R\$ 34.922.666,21
Vendas de Serviços	R\$ 105.881,00
DEDUCOES	-R\$ 36.530.218,94
Impostos Sobre Vendas	-R\$ 18.088.075,19
Devoluções e Abatimentos	-R\$ 18.442.143,75
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 166.291.695,62
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS E SERVICOS	-R\$ 105.017.890,70
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-R\$ 105.017.890,70
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 61.273.804,92
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 50.619.055,15
Despesas Com Vendas	R\$ 26.617.827,27
Despesas Administrativas	-R\$ 4.772.264,49
Despesas Tributárias	-R\$ 4.216.280,13
Despesas Financeiras	-R\$ 30.413.580,58
Receitas Financeiras	R\$ 15.400.897,32
CONST.PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS	-R\$ 5.681.723,22
Despesas c/ Provisões	-R\$ 14.429.988,07
Reversão das Provisões	R\$ 8.748.264,85
OUTRAS REC. E DESP. OPERACIONAIS	-R\$ 2.426.628,15
Outras Receitas Operacionais	R\$ 703.187,57
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 3.129.815,72
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	R\$ 2.546.398,40
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS	R\$ 165.603,26
Ganhos de Capital	R\$ 165.603,26
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	R\$ 2.712.001,66
PARTICIPACOES DOS EMPREGADOS	-R\$ 1.315.652,32
Participações dos Empregados	-R\$ 1.315.652,32
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	R\$ 1.396.349,34
PROVISÃO IMPOSTOS DIFERIDOS	R\$ 1.648.854,43
CSLL Diferido	R\$ 436.461,44
IRPJ Diferido	R\$ 1.212.392,99
PROVISÃO IMPOSTOS S/LUCRO	-R\$ 6.129.349,90
Provisão de CSLL	-R\$ 1.687.711,95
Provisão de IRPJ	-R\$ 4.441.637,95
PREJUÍZO LÍQUIDO ACUMULADO	-R\$ 3.084.146,13

ANEXO K – BALANÇO PATRIMONIAL 2015

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	R\$ 420.855.120,58
CIRCULANTE	R\$ 97.766.399,89
DISPONIBILIDADES	R\$ 22.788.125,09
Caixa Geral	R\$ 2.632,45
Bancos Conta Movimento	R\$ 394.374,95
Aplicação Financeira	R\$ 22.391.117,69
VALORES REALIZAVEL CURTO PRAZO	R\$ 36.878.558,68
Clientes	R\$ 36.843.769,93
Outros Valores a Receber	R\$ 34.788,75
CRÉDITOS DE IMPOSTOS	R\$ 5.866.722,42
Impostos Estaduais	R\$ 612.184,26
Impostos Federais	R\$ 5.254.538,16
ESTOQUES	R\$ 30.768.129,90
Estoques	R\$ 4.572.300,95
Estoques em Transito	R\$ 1.322.367,64
(-) Redução Valor Recuperável	R\$ 126.538,69
OUTROS CREDITOS	R\$ 1.464.863,80
Adiantamentos	R\$ 617.213,18
Despesas Antecipadas	R\$ 847.650,62
NÃO CIRCULANTE	R\$ 323.088.720,69
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 9.733.926,01
Cauções e Depósitos	R\$ 37.500,00
Impostos Diferidos	R\$ 9.169.167,60
Valores a Receber	R\$ 527.258,41
INVESTIMENTOS	R\$ 260.500.370,17
Participações e Aquisições	R\$ 260.500.370,17
IMOBILIZADO	R\$ 27.985.555,91
Bens Imobilizados	R\$ 48.521.104,89
(-) Depreciações Acumuladas	-R\$ 20.535.548,98
INTANGÍVEL	R\$ 24.868.868,60
Bens intangíveis	R\$ 51.866.835,52
(-) Amortização Acumuladas	-R\$ 26.997.966,92
PASSIVO	R\$ 420.855.120,58
CIRCULANTE	R\$ 31.237.381,71
OBRIGAÇÕES FORNECEDORES	R\$ 12.502.118,66
Fornecedores	R\$ 12.502.118,66
EMPRESTIMOS	R\$ 7.010.435,79
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	R\$ 7.010.435,79
SALARIO E ENGARGOS SOCIAIS	R\$ 2.446.758,72
Salários e encargos	R\$ 1.342.202,08
Provisões Trabalhistas	R\$ 1.104.556,64
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 25.953,34
Impostos Municipais	R\$ 1.546,00
Impostos Estaduais	R\$ 4.366,63
Impostos Federais	R\$ 20.040,71
ADIANTAMENTOS	R\$ 1.110.411,35
Adiantamentos de Clientes	R\$ 1.110.411,35
OUTRAS OBRIGAÇÕES	R\$ 8.141.703,85
Outras Contas a Pagar	R\$ 431.100,06
Constituições de Provisões	R\$ 6.388.236,15

Fornecedores em Transito	R\$ 1.322.367,64
NÃO CIRCULANTE	R\$ 145.903.269,70
EMPRESTIMOS LP	R\$ 141.000.000,00
Bucher Industries AG	R\$ 61.000.000,00
Debentures não Conversíveis em Ações	R\$ 80.000.000,00
IMPOSTOS RECUPERAR	R\$ 1.215.209,70
Impostos Diferidos	R\$ 1.215.209,70
PROVISÕES	R\$ 3.688.060,00
Provisões Constituídas	R\$ 3.688.060,00
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 243.714.469,17
CAPITAL	R\$ 220.077.811,88
Capital Social	R\$ 220.077.811,88
Reserva de Capital	R\$ 38.271.809,91
Reserva de Ágio	R\$ 38.271.809,91
RETENÇÃO DE LUCRO	R\$ 67.908,49
Reserva Legal	R\$ 67.908,49
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 14.703.061,11
Prejuízos Acumulados	-R\$ 14.703.061,11

ANEXO L - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2015

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 174.075.633,20
Vendas da Produção Própria	R\$ 81.727.059,20
Revenda de Mercadorias	R\$ 56.866.800,22
Vendas Para Exportação	R\$ 35.361.027,38
Vendas de Serviços	R\$ 120.746,40
DEDUCOES	-R\$ 34.287.375,58
Impostos Sobre Vendas	-R\$ 13.215.840,10
Devoluções Sobre Vendas	-R\$ 19.329.778,62
Abatimentos Sobre Vendas	-R\$ 1.741.756,86
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 139.788.257,62
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS E SERVICOS	-R\$ 101.240.201,05
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-R\$ 75.177.343,27
Custo Gerais de Fábrica	-R\$ 26.062.857,78
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 38.548.056,57
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 57.635.926,52
Despesas Administrativas	-R\$ 4.598.412,75
Despesas Tributárias	-R\$ 997.661,39
Despesas Com Vendas	-R\$ 21.374.987,94
Despesas Financeiras	-R\$ 38.880.448,59
Receitas Financeiras	R\$ 8.215.584,15
CONST. PROVISÕES NÃO DEDUTÍVEIS	-R\$ 4.643.239,72
Despesas c/ Provisões	-R\$ 9.741.020,98
Reversão das Provisões	R\$ 5.097.781,26
OUTRAS REC. E DESP. OPERACIONAIS	R\$ 6.544.805,74
Outras Receitas Operacionais	R\$ 6.812.090,56
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 267.284,82
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	-R\$ 17.186.303,93
PROVISÃO IMPOSTOS DIFERIDOS	R\$ 2.808.299,52
CSLL Diferido	R\$ 743.373,40
IRPJ Diferido	R\$ 2.064.926,12
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-R\$ 14.378.004,41